

# TRANSCRIÇÃO

S9393J3 - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE  
SÃO PAULO 10\_04\_2018

15 de agosto de 2018

## **PARTICIPANTES**

Vozes masculinas identificadas: M1

Hélio Luiz Castro

Jacira

José Bonifácio

Marcel Costa Sanches

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

02 horas, 36 minutos e 42 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Padrão

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

A Audiotext Serviços e Cia. Ltda se reserva o direito da imprecisão dos nomes escritos, uma vez que os locutores serão identificados conforme a pronúncia de seu nome. O cliente tem o direito de fazer quaisquer alterações que julgar necessárias tanto nas identificações aqui utilizadas quanto no conteúdo transcrito.

---

(INÍCIO)

[00:00:00]

M1: Estamos dando início à segunda audiência pública referente à segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp. Então eu queria inicialmente agradecer a presença de todos e informar que nós fizemos a divulgação de todos os eventos. Ontem nós fizemos um primeiro evento em São José dos Campos, hoje esse evento está sendo aqui em São Paulo e na quinta-feira faremos o evento em Itapetininga. Gostaria de agradecer aqui a cessão desse auditório, espaço da cidadania André Franco Montouro, que foi gentilmente cedido pela Secretaria de Justiça da Defesa da Cidadania. E dizer que nós ainda estamos em consulta pública, a consulta pública vai até o dia 17 de abril, então qualquer contribuição pode ser feita até essa data.

A ideia de a gente fazer essas audiências públicas no meio do período da consulta é justamente para poder esclarecer ainda mais a quem tiver algum tipo de dúvida ou quiser fazer qualquer contribuição. Mas lembramos que temos todo esse prazo aí, até 17 de abril, para todas as contribuições e todas elas são muito bem-vindas. Então o objetivo da audiência é justamente a gente poder trazer mais luz a esse aspecto regulatório que diz respeito à tarifa, que é bastante complexo, e por ser muito complexo, quanto mais discussões, quanto mais contribuições nós tivermos, mais rico será todo esse processo de revisão tarifária. Então está declarada aberta a audiência. Jacira, por favor.

Jacira: Senhoras e senhores, boa tarde, é com satisfação que a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, os recebe para participação na audiência pública número 02, de 2018. As audiências públicas destinam-se a colher subsídios e informações para as matérias em análise na agência. Visam também dar aos interessados oportunidade de se manifestarem verbalmente nos processos decisórios que repercutem na esfera de direitos de consumidores, agentes econômicos do setor de energia e de saneamento e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a lei complementar 1.025 de 07 de dezembro de 2007. A audiência pública de hoje tem por objetivo a exposição de comentários, sugestões e a troca de informações que subsidiarão a deliberação a ser aprovada pela diretoria colegiada da Arsesp, que dispõe sobre a tarifa máxima final, P0, referente à segunda revisão tarifária ordinária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp. O senhor Hélio Castro, diretor-presidente da Arsesp, irá presidir essa audiência pública, cabendo-lhe decidir sobre as questões de ordem e eventuais manifestações acerca dos procedimentos adotados na audiência.

A etapa de apresentações será iniciada pela Arsesp, que fará explanação em até 30 minutos e, em seguida, a Sabesp ocupará o mesmo tempo. Ao final das apresentações, abriremos para as manifestações dos inscritos, lembrando que o tempo para a manifestação de cada um será de 10 minutos, respeitada a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento dessa audiência pública. Ressaltamos que o tempo para cada expositor poderá ser redimensionado em razão do número de inscritos. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o expositor será alertado quando faltarem dois minutos para o fim de sua intervenção. O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer perguntas aos expositores inscritos, caso entenda necessário os esclarecimentos adicionais. Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico. Preservando-se, assim, a integridade do seu conteúdo. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas, de modo que se possa atender de forma organizada a todos os interessados. Registramos aqui a presença dos diretores da Arsesp, senhor Hélio Luiz Castro, diretor presidente, também diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de saneamento básico; senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, diretor de regulação econômico-financeiro e de mercados; senhora Paula Campos, diretora de regulação técnica e fiscalização dos serviços de gás canalizado; senhor Marcos Peres, diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de energia. Passo agora a palavra ao senhor Hélio Luiz Castro, diretor presidente da Arsesp, para dar início a esta audiência.

Hélio Luiz Castro: Bom, como eu já fiz a minha primeira intervenção, eu vou passar a palavra direto para o doutor José Bonifácio, que vai fazer para a gente a exposição do texto referente a essa revisão e eu vou pedir

permissão de vocês e nós vamos sentar ali para poder assistir à apresentação do doutor Bonifácio.

José Bonifácio: Boa tarde a todos. Em nome da Arsesp, eu quero agradecer a presença de todos. As consultas públicas e audiências públicas são mecanismos importantes, muito importantes para que a gente possa discutir, divulgar com toda a transparência os trabalhos da Agência Reguladora, que tem um papel fundamental nessa mediação das relações entre usuários de um lado, concessionárias de serviço público de outro. Nós estamos hoje chegando na etapa final da segunda revisão tarifária da Sabesp, a primeira aconteceu em 2014, foi concluída em abril de 2014 e hoje nós estamos na etapa final da segunda revisão. Até o dia 10 de maio deveremos, então, divulgar qual é o índice de reposicionamento das tarifas da Sabesp. Aonde? Para lá? Bom, a legislação que rege o assunto é a lei complementar, a lei federal 11.445, a chamada Lei do Saneamento, de 2007; a lei complementar estadual 1.025, de 2007, que criou a Arsesp como sucessora da Comissão de Serviço Público de Energia; os diversos convênios de cooperação entre estado e municípios de São Paulo; e as diversas deliberações da Arsesp. Bom, o que que é uma revisão tarifária ordinária? Como o próprio nome diz, é uma revisão comum, é uma revisão que é realizada periodicamente. No caso da Sabesp, do saneamento, a cada quatro anos se faz uma revisão tarifária ordinária, em que a gente vai calcular, com base nos custos da concessionária, no capital aplicado a ser recuperado, no capital ainda não recuperado, que é remunerado, nos investimentos previstos para os próximos quatro anos e no mercado de venda previsto, se calcula o valor que a gente chama tarifa média, o PO. Esse valor da tarifa média é calculado o valor da tarifa média vigente e aí se verifica o que vai ter que se fazer com a tarifa, está certo? Em geral. Então

se é um reajuste positivo, negativo, e aí se multiplica pela tabela tarifária vigente e se faz o ajuste da revisão tarifária. A revisão tarifária não deve ser confundida com o reajuste, uma vez fixado a tarifa inicial de um ciclo tarifário de quatro anos, isso é feito por meio da revisão, a cada ano a tarifa é atualizada monetariamente pela inflação, menos um percentual chamado fator X. A inflação é medida pelo IPCA, a cada 12 meses ela é corrigida, e o fator X é um percentual que mede os ganhos estimados de produtividade e eficiência da concessionária, que são descontados do reajuste. São, portanto, repassados em favor do consumidor. Se tivéssemos uma economia com inflação zero, obviamente, essas tarifas iriam cair por força do fator X ano após ano. Bom, para calcular, então, a receita requerida pela concessionária para fazer as suas atividades normalmente, a gente vai somar os custos operacionais com as (glosas) [00:08:37] e os ajustes que a agência entende que são necessários, é o que se chama custos eficientes. A recuperação do capital que foi investido, que faz por meio de depreciação, amortização e a remuneração que é feita com base no custo médio ponderado do capital. É uma taxa de remuneração calculada a partir das fontes de recursos usadas pela concessionária e o custo de cada fonte. WACC é a sigla em inglês para Weighted average cost of capital, que é o custo médio ponderado de capital. Com isso, chega-se, como eu falei, na tarifa média máxima. Bom, aqui é um retrospecto rápido do que aconteceu desde a anterior revisão tarifária. A primeira revisão foi concluída em abril de 14, acontece que em fevereiro de 14 se deu início ao programa de bônus, que é o da fortíssima crise hídrica, que durou 2014, 2015, até meados de 2016. A revisão tarifária primeira foi aplicada apenas em dezembro de 14, até por força do programa de bônus, a concessionária solicitou que ela queria primeiro estabelecer o programa de bônus para criar estímulos à

economia de água, então foi postergada a aplicação, foi aplicada em dezembro de 14, e em janeiro de 15, com a gravíssima crise hídrica, se instituiu a tarifa de contingência, então além do bônus para quem economizava água, tarifa de contingência para quem consumiu além da média da crise. Em maio de 2015, força da forte redução da oferta de água e custos maiores da energia elétrica, também por causa da crise hídrica que afetou os reservatórios das hidrelétricas e obrigou a geração térmica em maior quantidade, as tarifas de eletricidade subiram, então nós fizemos uma revisão tarifária extraordinária. A revisão tarifária extraordinária, ao contrário da revisão ordinária, que acontece periodicamente a cada quatro anos, a revisão extraordinária, ela pode ser realizada sempre que você tiver fatos anormais, excepcionais que justifiquem a sua realização e que coloquem em risco o equilíbrio econômico e financeiro da concessionária. Então foi isso que foi feito em 2015 e a gente fez, então, em maio de 2015, uma revisão tarifária extraordinária. Em março de 2016 foi encerrado tanto o programa de bônus como a tarifa de contingência, por força da melhoria da situação hídrica. E em abril de 2016 foi feito o reajuste tarifário anual. O reajuste ocorre sempre no mês de abril. Em outubro de 17, nós publicamos uma tarifa preliminar, que já deveria ter acontecido em abril de 17, deveria ter acontecido a segunda revisão tarifária ordinária. E ela foi atrasada por força de um problema com a licitação, no sentido de que houve recurso, houve uma ação judicial, a Arsesp acabou ganhando na justiça e finalmente ela deu andamento, mas isso causou um atraso. Então a agência entendeu que era importante fazer, ainda que uma revisão preliminar, para já antecipar alguns dos resultados, utilizando a mesma metodologia do ciclo anterior. E, finalmente, fizemos uma etapa complementar ou final, que é essa que está acabando agora, cuja previsão é para que em maio de 18

esteja concluído e apresentado o índice final. Bom, como eu falei, a mesma metodologia foi utilizada na primeira revisão da Sabesp e nessa etapa inicial, concluída em outubro, e se avaliou então os componentes para o próximo ciclo, demanda, oferta, investimentos, etc. Criaram-se metas regulatórias para o índice de perda de água e receitas irrecuperáveis e a base de remuneração regulatória, o conjunto de investimentos que a concessionária tem, mais o capital de giro necessário para os negócios, que deve ser remunerado. E se fixou também ali a taxa de remuneração, o chamado custo médio ponderado de capital. Chegou-se, então, a um índice de reposicionamento tarifário preliminar, não sei se vocês conseguem enxergar daí, de 7,8%, foi concedido por uma deliberação à Arsesp em outubro e aplicado em novembro. Na etapa final, a gente fez uma análise e uma revisão da metodologia adotada na primeira revisão tarifária ordinária, está certo? E mantivemos a metodologia financeira, isso daí vai ser objeto de outras discussões ao longo desse ciclo, quiçá para o próximo, para a terceira revisão tarifária a gente faça algumas alterações. Foi feito um diagnóstico da situação financeira, econômica e financeira e tarifária da Sabesp no ciclo que se encerra, como sempre se faz esse diagnóstico, e quais eram os ajustes compensatórios a serem feitos. Para dar um exemplo, quando a gente faz uma revisão, a gente tem uma previsão dos investimentos a serem realizados nos anos à frente. Quando acaba o ciclo, a gente avalia se esses investimentos foram realizados, se eles ultrapassaram ou se eles ficaram aquém das metas. Também foi determinado o fator X, que é aquele índice de eficiência e produtividade, aquele percentual que vai ser descontado anualmente das tarifas da Sabesp. Se desenvolveu também a ideia de um índice geral de qualidade, que vai ser aplicado posteriormente, em que a concessionária vai escolher

algumas metas, ela poderá ter pequeno acréscimo ou redução da tarifa, se ela conseguir cumprir as metas de qualidade que estão colocadas ali. Também se determinou a base de remuneração regulatória definitiva, como eu disse anterior, foi provisória, agora chegamos ao valor definitivo da base, após um levantamento e fiscalização da base de ativos por auditoria. Além disso, vamos apurar quais são os eventuais ajustes compensatórios referentes ao ano anterior, a etapa inicial. E, finalmente, nessa revisão, nós estamos fixando um percentual, está certo? Da tarifa, para pesquisa, desenvolvimento e inovação, o PID. No setor de gás e também que é regulação estadual, e distribuição do gás canalizado e no setor de energia elétrica, de distribuidor de eletricidade, é já usual, é já tradicional uma dotação, um recurso para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, isso é bastante importante, então isso está sendo instituído agora, um percentual de 0,05%. Bom, aqui o cronograma dos eventos, como eu falei. Em 16 de janeiro de 2018 foi publicada a nota técnica com a proposta de metodologia, ela ficou em consulta pública de 17 de janeiro até 05 de fevereiro. Cerca de 20 dias. Dados complementares foram pedidos à Sabesp até 31 de janeiro, recebemos até 19 de fevereiro, publicamos o relatório circunstanciado e a nota técnica final sobre aquela consulta pública da metodologia dentro da data, até 27 de fevereiro. Os dados da Sabesp foram analisados, foi elaborada essa nota técnica preliminar que está no site da Arsesp disponível para o cálculo do P0 final. Até 22 de março foi divulgado, estamos agora naquela etapa em vermelho, a fase de consulta pública e audiência pública e todos interessados podem se manifestar e estão sendo realizadas três audiências públicas. Ontem, como foi dito aqui, foi em São José dos Campos, hoje em São Paulo e depois de amanhã faremos uma em Itapetininga, mais para o interior do estado de

São Paulo. Nós vamos receber até 09 de maio, vamos fazer até 09 de maio, concluir a análise das contribuições que forem recebidas até 17 de abril e ver quais seriam incorporadas, quais que, enfim, poderiam ser utilizadas, quais aquelas que não se aplicam e se publica um relatório dando conta de tudo que foi feito. E até 09 de maio este é o trabalho, enfim, de terminar toda análise das contribuições recebidas. E no dia 10 de maio, então, se publicará uma nota técnica final, condensando todo o trabalho, esse trabalho exaustivo e complexo que tem e emitindo uma deliberação fixando as novas tarifas da Sabesp, a nova tabela de tarifas da Sabesp. Aqui é uma fórmula bastante complicadinha de se ler, mas na verdade isso aí quer dizer o seguinte: qual é a receita requerida da concessionária no ciclo. Isso é feito para o ciclo de quatro anos. Para simplificar, se fosse um ciclo de um único ano, a gente pegaria quais os custos operacionais reconhecidos, qual é a parcela do capital a ser recuperada, qual é a remuneração do capital que está aplicado, está certo? Outras despesas que ela possa ter e na parte de cima, esse valor, digamos, monetário, e na parte de baixo qual é o mercado, o volume em metros cúbicos de água e esgoto que ela está vendendo, está faturando. Então quando você divide um valor monetário pela quantia de metro cúbico, você chega a uma tarifa média em reais por metro cúbico. Então isso que é feito para um ano, essa fórmula faz para um período de quatro anos e diz qual é a tarifa hoje de equilíbrio da concessionária, que será a cada ano posterior atualizada no reajuste pela inflação menos o fator X. Então aí estão as várias componentes, base de remuneração, taxa de remuneração ou custo médio ponderado do capital, depreciação, amortização, despesas operacionais, valores das parcerias públicos-privadas, fundos de saneamento municipais, despesas de PID, investimentos previstos, impostos e variação do capital de giro. Bom,

obviamente, a primeira coisa que precisa para fazer o cálculo é saber qual vai ser a necessidade de água, qual é a demanda de água. Para isso é necessário, então, calcular a demanda residencial da concessionária, tanto de água como esgoto. A demanda não residencial, que é para o comércio e indústria, setor público e gasto próprio. E a demanda das permissionárias, são as empresas que recebem água ou recebem envio em esgoto para tratamento pela Sabesp, é demanda por atacado. Isso é feito com base numa relação histórica entre volumes faturados e medidos, para se calcular os valores efetivos. O volume medido residencial depende aí do número de economias residenciais, do índice de atendimento e o consumo médio unitário por economia. No caso do esgoto, a gente pega a água e vê a quantidade de municípios que são atendidos por esgoto e calcula também qual a quantidade de metros cúbicos serão faturados no caso de esgoto. Aqui são os diversos índices de atendimento, está certo? Da Sabesp, em água e esgoto para os vários anos à frente, 95,7 em 2020, de água, 86% de esgoto. Aqui a projeção do mercado, do plano de negócios da Sabesp, qual é o volume de consumo mensal por economia. No caso da Sabesp sai de 10.78 e chega a 11 metros cúbicos por ligação ou por economia por mês em 2020. A estimativa da Arsesp é um pouco maior, que ela hoje está em torno de 10.95 metros cúbicos e vai chegar a 11.17. Ou seja, o volume produzido, a demanda é um pouco maior do que está previsto ali. Bom, aqui o mercado residencial. Aqui o mercado não residencial, também a mesma coisa, número de economias e o consumo unitário estimado. Número de economias ativas não residenciais, total aqui embaixo, 827 mil economias ou unidades. Aí na área de esgoto, 700 e poucos mil, a quantidade de unidades, que o esgoto é um pouco menor. E o mercado total não residencial. E finalmente o mercado das permissionárias, são as empresas

que recebem água da Sabesp ou têm o seu esgoto tratado pela Sabesp. Aqui, finalmente, o mercado de água final, então voltando aqui, como eu falei, nós temos um volume faturado de água, estimado pela Sabesp, começa em 1.801.000.000 e aqui é 1.927.000.000 em 2020. E na nossa estimativa, esse valor é um pouco maior. A gente estima um crescimento um pouco maior, o que é mais favorável, porque, como eu disse, o denominador é mercado. Bom, o volume de água por produzir é o que a gente usa como projeção de custos, para produzir água você precisa de energia elétrica, você precisa de materiais de consumo, químicos, etc., uma série de produtos. Além disso, a gente considera o volume não só da demanda residencial, não residencial e das permissionárias, como para os chamados usos especiais. A gente tem que produzir água para atender à demanda, para atender os usos especiais, que são os usos emergenciais, por exemplo, corpo de bombeiros, usos sociais, usos operacionais da concessionária e perdas de água, uma parte da água produzida é perdida durante o trajeto, por causa das chamadas perdas reais ou aparentes. A projeção de águas, ela é utilizada, então, ela não tem a função tarifária direta, mas ela é usada para calcular qual o volume de água a ser produzido. Bom, a Sabesp, além disso, ela tem contratos de programa com os municípios, em cada município há uma meta de perdas, então em cada município a Arsesp fiscaliza e no caso de ser violado isso, o limite, é feita uma fiscalização e imposição de uma penalidade em casos injustificados. Além disso, a Arsesp considera em geral o que a gente chama de uma trajetória de perdas regulatórias. Uma coisa são os contratos assinados com cada um dos 367 municípios que a Sabesp atende. O outro é o que a empresa tem esse contrato, o outro é o que a agência entende importante como uma trajetória de perdas para melhoria da eficiência e redução das

perdas. As perdas, obviamente, elas têm um impacto no custo de produção da água. Então o importante é a gente ganhar eficiência e minimizar perdas. Aqui então o volume produzido de água vai atender a demanda total, residencial, não residencial e permissionárias; uma parte é produzido por quê? Para prever as perdas as serem cobertas e os usos especiais. No caso das perdas, como dito, tem impacto direto nos custos. E a gente está usando um índice que é quantidade de litros por ligação por dia, que é o recomendado pela International Water Association, usado pelo (SNIS) [00:23:43], Sistema Nacional de Informações de Saneamento e também consta nos contratos de programa assinados pela Sabesp com os municípios. A gente tem uma trajetória regulatória de perdas. As metas contratuais são um ponto de partida, o número que tem hoje, e nós temos uma meta que foi calculada. E constrói-se então uma trajetória de redução das perdas. Além disso, temos os usos especiais, que põem o corpo de bombeiros, comunidades regulares que têm um consumo de água que é estimado e essa estimativa é feita com um percentual dos demais usos. Com isso, chegamos, então, ao volume de água a ser produzida. Para fixar as perdas, foi utilizado um conjunto de empresas, são 20 e poucas empresas que estão aí colocadas, a que tem menor índice, até a que tem maior índice de perdas. Então tem uma pequena empresa do norte de Minas lá, Copanor, ligada à Copasa de Minas, são 63 litros, e tem algumas empresas que estão próximo ou acima de mil litros por ligação por dia, de perdas. São empresas, em geral, no norte do país, etc. Então a gente, calculando aí, chegou à conclusão que a ideia é que a Sabesp deve chegar a perdas equivalentes a 26,4% em 2020, que é o correspondente ao primeiro quartil, está certo? Que foi calculado aqui, das empresas que têm mais deficiência. A Sabesp hoje está no segundo quartil, a gente entende que ela deveria se

movimentar em direção ao primeiro quartil. Bom, aqui é uma comparação, as perdas de águas, está certo? O índice da Sabesp é em vermelho, a proposta da Sabesp e o verde foi a meta fixada pela Arsesp, que é inferior. A Sabesp estava com 281, a previsão, e a Arsesp ficou em 242 litros por ligação por dia. Com isso se busca reduzir custos por menores perdas. Bom, aqui, então, o volume total a ser produzido de água, que vai crescer no atual ciclo, de 2.750.000.00 para 2.804.000.000 em 2020, por ano. Considerando este índice de perdas. Obviamente, se o índice de perdas for maior, este volume a ser produzido deveria ser também maior, o que significaria custos maiores. Então a gente está usando um índice maior. Bom, vamos começar agora falar dos componentes da receita requerida. O primeiro dele é a cobertura dos custos. Para falar dos custos, a Arsesp analisou e fez algumas glosas, ela cortou algumas coisas ou reduziu alguns itens, fez ajustes em itens não reconhecidos. Ela fez a sua projeção com base nos drivers, são direcionadores, são indicadores que permitem fazer as estimativas dos custos razoáveis. Foram calculados drivers para o cálculo do consumo unitário, que a despesa operacional em relação ao driver de materiais gerais, serviços de terceiros e despesas gerais. Então se projetou, em cima desse relacionamento, se projetou para os anos seguintes usando o que aconteceu em 2016. Além disso, tem um cálculo de coeficientes técnicos que são utilizados, por exemplo, número de empregados, giga watts, hora de energia consumida, tonelada de materiais por driver de custo, preços unitários, OPECS - gastos de operacional por empregado, por energia elétrica, tonelada de materiais, etc., para os principais itens de custo, que são pessoal, material de tratamento e energia. E aí a gente considera esses coeficientes técnicos e a partir de 2016 faz a projeção. Então a gente faz um ajuste com base nas despesas operacionais ou OPECS não reconhecidas, em

que há exclusão de algumas estimativas e projeções, ajustes quantitativos, ou são excluídos pela natureza da conta, que se entende que não são cabíveis. E a partir daí faz-se a projeção das OPECS por custos unitários. A gente incluiu nas OPECS, nas despesas operacionais, o pagamento a ser feito pela Sabesp na contraprestação das parcerias públicos-privadas. Então ela faz uma parceria público-privada, ela tem um pagamento mensal que vai ser feito, isto foi incluído no OPECS, foi retirado do (CAPECS) [00:28:08], que é o investimento e da base de remuneração, porque nós entendemos que isso é um pagamento que vai ser feito, ao final do pagamento, em 20 anos, esses ativos passam para a Sabesp. E a partir desse momento, que ele já foi inteiramente amortizado, eles vão passar e não irão compor a base de remuneração porque já foram totalmente quitados. Então a PPP está fazendo parte do custo de despesa operacional. Aqui, o percentual de despesas não reconhecidas, as glosas aplicadas, 4,8% em pessoal, 0,1% material geral, material de tratamento foi mantido, serviços de terceiro, percentual de 0,8 de glosa, 0,5% de energia e 33% em despesas gerais. Então a redução geral da despesa, custo de despesa operacional da Sabesp ficou em 5,3%. Aqui o que foi usado para projetar custos no caso de pessoal, o salário médio, número de empregados. No caso de materiais gerais, o custo unitário, usando como driver do crescimento do mercado. Material de tratamento também, o consumo específico por metro cúbico e o preço unitário por metro cúbico, com isso a gente consegue acompanhar a eficiência, mantém o consumo específico e o custo total deles. Serviços de terceiro também, mesma sistemática, energia elétrica e despesas gerais. Bom, aqui chegamos, então, ao que estava no plano de negócios da Sabesp e o que a agência chegou. Então OPECS total regulatória da Sabesp... acabou aqui. Bom, na parte de cima, no período, como eu falei, um ciclo de

quatro anos, cerca de 5,5 bilhões de reais em 2017, chegando em 5,8 bilhões de reais em 2020. Ali era o plano de negócios da Sabesp e a nossa embaixo, a nossa projeção, que tem uma redução ao longo do período, está certo? Uma diferença percentual anual, que no período todo dá menos 8% a diferença entre as estimativas de custo feitas pela Sabesp e reconhecidas pela Arsesp. Aqui é importante dizer, como eu falei, que as PPP's já estão incluídas nos custos operacionais. Foram retiradas da (CAPECS) [00:30:34] e da base de ativos. A gente vai desenvolver uma metodologia para aprofundar esse tratamento, agora durante o segundo ciclo, e no terceiro ciclo a gente vai ver como é que vai tratar isso daí. Então no (CAPECS) [00:30:48] não está incluído no valor dos investimentos, o valor da PPP e locação de ativos, que virou, foi considerado como uma despesa. Bom, aqui receitas irrecuperáveis, são as perdas de faturamento que a Sabesp não consegue receber, se utilizou o conceito de (inint) [00:31:04], então se pegou um período de 48 a 60 meses e chegou a um número de 1,29%, que é o valor que ao fim e ao cabo a Sabesp não consegue recuperar. Então isso foi incluído, obviamente, como uma perda. Embora fature, etc., e vá atrás, mas tem uma parte da receita que não é recuperável. Não se considerou aí perdas referentes a fornecedores no atacado. Grandes fornecedores. Apenas fornecedores no varejo. A gente entendeu que não tinha muito cabimento, quer dizer, um grande devedor tem que ser processado e tal, e buscado solução por outro caminho e não dividido com todo o conjunto de consumidores. Então são por meios judiciais que vai se buscar isso. Bom, criou-se também a ideia de um fundo de PID, similar ao que existe na energia elétrica e na distribuição do gás, que vai ser um percentual da receita operacional direta a partir de 2019, os projetos, do mesmo modo que é feito tanto pela ANEL, a agência federal na energia elétrica, como já

pela Arsesp no gás canalizado, vai ter toda uma consulta pública, discussão ampla e os interessados vão apresentar seus projetos, está certo? Vai ser feita uma seleção, vamos escolher as temáticas, etc. Quais os projetos de PID voltados para a área de saneamento que serão, ano a ano, então, analisados e serão financiados por esse percentual, que é de 0,05%, que em 2020 vai corresponder a cerca de 7 milhões de reais. Bom, além disso, tem também a discussão sobre os fundos para dispêndios municipais de saneamento. A lei 11.445, ela prevê que os municípios podem criar fundos para financiar atividades de saneamento, visando universalização. Então a agência está discutindo a ideia de reconhecer esse custo para os prestadores. Até porque também está previsto aqui no artigo 38 da lei que a gente poderá autorizar o prestador a repassar custos e encargos não previstos originalmente, por ele não administrados nos termos da lei 8987, que é a lei das concessões, de 1995. Então esses fundos podem ter um papel muito importante, porque existem alguns investimentos que não são propriamente da concessionária, ou são regiões que não são atendidas pela concessionária, que atende, em geral, próximo ao perímetro urbano, e com isso se geram recursos para que as prefeituras tenham um recebimento e isso seja usado para ações voltadas para acelerar a universalização, populações de mais baixa renda, etc., enfim, para que possa ser transferido recursos para os municípios, que terão que fazer, obviamente, seus ajustes nas leis municipais, etc., para fazer jus a isso. Então terá um limite regulatório de 4% da receita operacional direta do município, em que existia esse fundo, que foi criado esse fundo, e a Sabesp fará o correspondente repasse, aplicável a todos municípios que são atendidos pela Sabesp e se houver valores maiores, se houver um percentual superior a quatro, fica no próprio município. À medida que vai sendo feito, então,

esse pagamento, no final do ciclo, como vão sendo criados ao longo do ciclo esses fundos, no final do ciclo, a ideia é que se verá o que foi transferido efetivamente para os municípios e se faz, então, o ajuste compensatório. Bom, aqui são outras receitas. Além da receita de água, a concessionária tem receitas indiretas e outras receitas. Então aquela receita estimada a ser obtida, ela é minimizada um pouco, porque você tem outras fontes de receita, então tudo isso é considerado receitas de ligações e religações que a Sabesp tem, ampliação de rede e várias outras coisas, que permitem que ela obtenha recursos. Então isso aí é deduzido, isso é uma parte da receita, então não precisa recuperar tudo por meio da receita tarifária. Uma parte do que ela obtém, vem por essas outras receitas aqui. Aqui as receitas indiretas, as estimativas, representam 1,5, 1,6 do valor total da Sabesp, está certo? Aqui outras receitas, são diversos tipos de receitas que são colocadas aqui, que também são consideradas, que têm um pequeno peso. Bom, aqui estamos falando agora do WACC, o custo médio ponderado de capital, que é a taxa de remuneração. Isso já havia sido apresentado na etapa anterior e já havia sido aprovado, então a Arsesp aprovou uma taxa de remuneração de 8,11%, está certo? Para o capital, ou a base de remuneração regulatória da Sabesp. Considerando a participação do capital próprio, o capital da própria empresa, representada pelo patrimônio líquido, ações, etc., 58%. E capital de terceiros, que é representado pelos empréstimos, financiamentos, (inint) [00:36:23] que ela possa emitir, é dívida. Então, de um lado o capital próprio, de outro lado, dívida, faz-se a média do custo do capital próprio, do capital de terceiros e se chegou a essa taxa de 8.11%. Aqui são os valores que a gente adotou também, o plano de mobilização, quanto a Sabesp prevê investir no período do próximo ciclo. Então vai variar de 2,5 bilhões, agora em 2017, vai crescendo, vai para 3,7 bilhões em 2018,

2,2 em 2019 e 3,2 em 2020. Então isso tudo está a preços de dezembro de 2016. Todo cálculo foi feito a preço de 2016 e depois atualizado. Bom, a gente fez uma adequação porque a remuneração das obras em andamento antigamente era feita por um valor médio e agora nós adequamos conforme o tipo de ativo. No caso de redes, a gente vai admitir 12 meses de remuneração, estações de tratamento em 24 meses, captações e reservatórios, 18 meses. Então os juros sobre as obras em andamento nada mais é do que remunerar os desembolsos que a concessionária vem fazendo conforme o tipo de obra, então quando a obra é concluída, o juro é adicionado ao valor investido e isso entra na base de ativos como um acréscimo da base de remuneração. Aqui temos o cálculo da base de remuneração inicial. No início do ciclo tarifário, essa base era de 38,4, aqui embaixo, 38,4 bilhões de reais. Nós tínhamos a base anterior que foi atualizada, está certo? Nós excluimos as PPP's que estavam lá, porque elas passaram para despesa, reduzimos investimento de novos municípios, porque não tinha sido comprovada a aquisição não onerosa, chegamos a uma base final em dezembro de 16, está certo? Que não incluía o último semestre de 16. Aí foi acrescentado aqui os investimentos realizados, aqui no quadro de baixo, de julho a dezembro de 16, mais os juros das obras em andamento, 745 milhões. Despesas capitalizáveis, a depreciação foi descontada, a depreciação de julho a dezembro de 16, não só da base, como do investimento novo e as baixas de ativos. Então chegamos a uma base de remuneração regulatória em dezembro de 16 de 38,4 bilhões de reais, que é o capital a se remunerar. Além disso, além do capital aplicado e mobilizado, como se falava antigamente, a gente tem que considerar também que a empresa precisa de ter recursos para o dia a dia. Tem uma parcela do chamado capital de giro ou capital de movimento, que também

foi calculado, está aí, o chamado capital circulante regulatório. A diferença entre o que ela tem no ativo circulante e no passivo circulante. São recursos de curto prazo e obrigações de curto prazo. Quanto que ela tem que manter e a variação prevista. Isso é um capital adicional. Bom, finalmente aqui a rolagem da base. Então a gente pegou a base de remuneração inicial e foi acrescentando as variações, descontando a depreciação, acrescentando as novas incorporações, então aqui, 38,4 bilhões; no primeiro ano, 1,7 bilhões, depreciação que ela recupera e é descontado dessa base negativa; as incorporações novas, são aqueles 2,5 bilhões que eu falei que ela vai investir; e a variação aqui positiva do capital de giro. Então chegou-se, em 2017, a 39,7 bilhões; 2018, 41,7 bilhões; 2019, 42,1 bilhões; e 2020, 43,4 bilhões de reais. Essa é a base utilizada para o próximo ciclo. Bom, aqui as tabelas de cálculo da COFINS, do PASEP, certo? Que são incidentes sobre a receita da concessionária e a projeção do Imposto de Renda e contribuição social. Aquela receita dela tem que ser uma receita líquida para ela fazer face a todos seus compromissos. E aqui a gente calcula, então, qual era o valor correspondente à receita. Usamos percentuais efetivos de PASEP e COFINS, a Sabesp tem o não cumulativo, o critério não cumulativo de 9,25. Mas o efetivo, se não me falha a memória, está em torno de sete ponto alguma coisa. Então a gente usou o cálculo efetivo. Por quê? Porque ela, na verdade, ela recolhe efetivamente sete e pouco, o resto ela complementa junto à receita federal usando créditos que ela dispõe de seus fornecedores. Então a gente usou o efetivo, que é menor, sete ponto alguma coisa. Foi eliminada a glosa que havia sido feita no ciclo anterior, em tubo de ferro fundido, a gente reavaliou e entendeu que era cabível manter isso daí. Havia sobras contábeis, sobras físicas que não foram computadas na revisão tarifária anterior, foram devidamente apontadas e

foram reconhecidas. E usamos o laudo fiscalizado da base de remuneração da Sabesp para o período de setembro de 2011 a junho de 2016. Então a gente tinha as últimas informações de julho a dezembro de 16, conforme os dados da Sabesp que foram encaminhados e verificados também. Bom, além disso, a gente tinha no ciclo anterior uma receita da tarifa de contingência. Tarifa de contingência que foi cobrada dos consumidores que desrespeitaram o limite do consumo médio a ser observado na crise hídrica. A gente tinha um consumo médio do período pré-crise que foi fixado para cada consumidor. Os consumidores que além de se manter, baixaram seu consumo em pelo menos 10%, tiveram descontos na tarifa. Aqueles que ultrapassaram o consumo médio, no meio de uma crise que tinha, obviamente, consequências gravíssimas, dos que ultrapassaram, foram então objeto da tarifa de contingência, que era um acréscimo tarifário. Então aí nós temos a receita a preços correntes, em 2015, 408 milhões, em 2018, 191 milhões, totalizando cerca de 600 milhões de reais. Isso daí foi trazido para preços de 2012, para recalcular a tarifa de contingência. E aí isso daí foi utilizado para contrapor os investimentos realizados, de modo que a gente entende que aquilo que foi recebido do consumidor não seria objeto de uma remuneração, está sendo devolvido ao consumidor dessa maneira aquela receita da tarifa que desde o início avisou que seria utilizada para efeito da crise hídrica. Bom, quais são os ajustes compensatórios? Aqui o que se calculou, nós vamos ter um IPCA aqui, o que foi utilizado no ciclo anterior e um fator X de 0,94%. Isso aqui era do ciclo tarifário anterior e a gente calculou qual era a receita requerida, autorizada no ciclo anterior, a receita requerida com os ajustes compensatórios, qual foi a diferença e chegamos a um ajuste compensatório a ser aplicado, a diferença do ciclo anterior para esse, que é uma parcela dedutiva, que reduz em 664 milhões,

é o ajuste compensatório que está sendo devolvido ao longo do próximo ciclo pela Sabesp. Bom, aqui, para a terceira revisão, os ajustes a serem feitos são as contraprestações de PPP's, tributos e contribuições, os dispêndios municipais, os fundos, PID, investimento, variação de capital circulante, a base de remuneração e as outras receitas, todas elas foram objeto dos ajustes. Além disso, nós estamos recalculando, assim como no ciclo anterior, a cada revisão tarifária periódica, a gente recalcula, faz uma nova estimativa dos ganhos de eficiência e produtividade que se imagina que a Sabesp virá a ter e que, portanto, vão ser devolvidas ano a ano em favor do consumidor. Então a cada ano as tarifas vão cair 0,9%. Então imagina que o IPCA deu 3,9, a tarifa vai subir três, é 3,9 menos o ganho de eficiência. Como eu falei, se tivesse uma inflação zero, as tarifas cairiam 0,9% a cada ano. Então a gente calculou isso, fez uma abordagem de (inint) [00:45:17] comparando com outras empresas o resultado da Sabesp e, além disso, foi criado também um índice de qualidade, é o fator Q, que vai ver qual o número de ligações factíveis de esgoto e o que efetivamente foi feito, um prazo para reposição do pavimento, no caso de obras da Sabesp, que vai ter uma aceleração, a ideia é que tenha uma aceleração no prazo para ela reconstituir as obras, isso cria muitas discussões, especialmente em outros municípios do interior. O índice de reclamação do usuários, no caso de falta de água ou baixa pressão e os índices de vazamentos visíveis por rede. Esses foram os quatro fatores incluídos nesse índice geral de qualidade. Esse índice geral aqui é uma opção de meta que a Sabesp vai escolher e isso significa, então, variações no indicador de qualidade aqui e qual é o resultado da Sabesp. Então se ela escolher, por exemplo, 0,25, está certo, de variação de indicação de qualidade, se ela conseguir os mesmos 0,25 que ela se propôs, ou seja, um índice bastante modesto, ela vai ter

uma redução de 0,05, por conta do fator de qualidade. Se ela escolher um índice de 0,50, ela vai ter, se ela chegar nos menos 0,50, não vai ter nada de alteração. Se ela escolher um índice mais alto, sei lá, de 1,5% para o seu indicador de qualidade, uma variação dessa significa que se ela chegar nos 1,5, que é um índice mais forte, digamos, de melhoria de qualidade, ela vai ter um ganho de 0,2% da receita. Ele vai ser calculado ano a ano, mas vai ser aplicado a partir de 2020. Bom, finalmente chegamos então à questão do índice de reposicionamento da tarifa. Como eu falei, a gente calcula qual é a tarifa média efetiva que a Sabesp tem hoje, isso aqui é calculado a partir do histograma de consumo dos 12 meses anteriores à revisão, e a receita, então, é calculada aplicando a tabela de tarifas atual sobre o histograma de consumo das várias classes. E aí a gente chega ao valor necessário, depois da receita requerida, e calcula, face aos volumes existentes, qual é o preço médio. Então a gente calcula aqui esse preço máximo inicial calcula. Ao comparar o preço máximo inicial calculado da revisão com o preço vigente, a gente dividindo um pelo outro, chega ao percentual de variação que é necessário fazer. Então essa é a fórmula do reajuste anual. Uma vez obtido esse preço, a gente, a cada ano, vai atualizar monetariamente. Como eu falei, o preço que nós vamos chegar foi inicialmente calculado, a revisão tarifária era prevista para abril de 2017. Então nós estamos em abril de 18, já tem um ano aí de ajuste tarifário, o reajuste tarifário com base aqui, como eu falei anteriormente, aqui no IPCA, então o preço a ser fixado após o reajuste é o preço anterior. O preço no ano T, digamos, em 2018, é o preço de 2017 multiplicado por um mais a variação do IPCA, menos o fator X, que é aquele percentual de 0,92 e aqui, quando houver, mais ou menos fator de qualidade. Bom, aqui finalmente o índice de revisão. A data original prevista era abril de 17. A gente autorizou em outubro do ano passado um

reajuste preliminar, daquela etapa preliminar, de 7,88. E a tarifa atual, vigente, é de 3,6466 reais por metro cúbico, R\$ 3,65. Se tivesse sido feito em abril de 2017, a gente apurou que o valor da tarifa teria sido de 3,70. Então a gente deu lá atrás um percentual estimado de 7,88 e deveria ter sido de 9,52. Além disso, isso era tarifa em abril de 17. Em abril de 18, transcorrido um ano daquele período, deveríamos dar uma variação com base no IPCA. A gente fez uma estimativa do IPCA de 2,6%. Hoje saiu o resultado oficial do IPCA, ele ficou em 2,68%, 0,08% foi a diferença, foi bastante baixa esse mês. Então, considerando um reajuste de 2,60% do IPCA de abril de 17 até agora, e descontando já o fator X de eficiência de 0,92, o reajuste a ser aplicado menos fator X, por esse ano transcorrido, é 1,67%. Com isso, o P0 vai sair de 3,70 para 3,7638. Tem mais um ajuste a ser feito que é o que? O fato que de abril de 2017 até outubro, quando finalmente começou a ser praticado, foi aprovado e começou a ser praticado em novembro, durante esse período, a Sabesp não teve a receita correspondente. Então essa diferença de receita não obtida tem que ser compensada. Com isso, nós chegamos, então, a um número, o valor do P0 incluindo todos os ajustes, inclui o reajuste anual, os ajustes da revisão preliminar, da revisão completa, etc., o preço calculado do P0 é de R\$ 3,82 por metro cúbico, o que, comparado com as tarifas vigentes, que hoje já estão em 3,64, significa um índice de reposicionamento tarifário de 4,77%. Aqui estão incluídos todos os valores, todas as estimativas, como eu falei, deve haver uma diferença mínima no IPCA de 2,60, o estimado foi 2,68 e eventualmente qualquer alteração que possa haver em algum item, isso daí seria feito adequadamente. Mas esse, então, é o resultado da revisão tarifária da Sabesp, 4.7744 é o valor do IRT, o resultado da revisão tarifária da Sabesp e a partir de agora, uma vez estabelecida a nova tabela tarifária,

só em abril de 2019, aí teremos de novo o IPCA menos fator X, em 2020, etc. E a próxima revisão, a terceira, ocorrerá e entrará em vigor em abril de 2021. Bom, quero agradecer a todos, desculpe aí a extensão da exposição, estamos à disposição aí.

Jacira: Chamamos agora o senhor Marcel Costa Sanches, superintendente de assuntos regulatórios, que fará a apresentação da Sabesp, seguido do senhor José Silva Xavier, superintendentes de custos e tarifas.

Marcel Costa Sanches: Muito boa tarde a todos, quero cumprimentar aqui a diretoria da Arsesp pela realização do evento, dizer que para a Sabesp é um momento muito importante a gente poder participar e debater para a melhoria do processo regulatório das revisões tarifárias. Estamos aqui na segunda revisão ordinária da Sabesp, reconhecemos aí que a qualidade técnica, a transparência, aumentou, sim, do primeiro para o segundo ciclo, parabenizar então a agência e todos os técnicos aí que participaram desse processo. Cumprimentar aqui o nosso diretor, Paulo Massato, que representa a diretoria da Sabesp, em nome de quem eu cumprimento também todos os colegas sabespianos que acompanham essa audiência. Bom, nós vamos tentar ser bem breves. A contribuição da Sabesp aí, sem prejuízo da contribuição que será feita por escrito, no ambiente da consulta pública, hoje vai se ater a quatro itens aqui principais. Eu vou conduzir o primeiro item e o Silva Xavier, nosso superintendente de custos e tarifas, conduzirá os demais temas. Importante aqui destacar nas questões das perdas, eu trago aqui uma metáfora na figura de um iceberg para ilustrar os desafios aí no combate às perdas e os esforços que são feitos para que elas sejam reduzidas. Essa metáfora ilustra bem o que aparece, é apenas uma parte do trabalho que é feito, um esforço grande para manter o índice de perdas inalterado, visto que o combate às perdas é um desafio

permanente de todas as companhias de saneamento de água do planeta, e na Sabesp não haveria de ser diferente, nós temos aí mais de 8 milhões de ligações de água, 74 mil quilômetros de redes que, em parte, já têm a idade superando aí os 50 anos, portanto, é inerente que esse sistema precisa de melhorias e a Sabesp vem trabalhando nisso. Isso é um trabalho rotineiro, um combate diário ao crescimento natural das perdas, como aqui ilustrado. Se nada for feito, as perdas aumentam. As tubulações depreciam, a todo tempo surgem novos vazamentos, se não forem tratados, então é necessário um esforço adicional, além do esforço para se manter as perdas inalteradas, para que efetivamente seja reduzida. Acho que é importante destacar também a Sabesp como uma referência nacional e internacional no tema de combate a perdas. As companhias de saneamento estaduais se utilizam da expertise da Sabesp. Temos aí intercâmbios em vários níveis, de troca de experiências, para que a gente sempre busque a excelência nesse tema. A verdade é que a Sabesp reconhece que há avanços ainda a serem buscados, tanto é que dentro do nosso plano de negócios, é o segundo item no nosso ponto de investimentos, a priorização do combate às perdas, então a companhia está atenta a isso. Alguns municípios do interior do estado já atingiram aí seu nível de excelência, indicadores muito bons no combate às perdas, o desafio agora está concentrado basicamente na região metropolitana aqui de São Paulo, que é uma região conurbada, complexa, com relevo acidentado, onde o sistema é mais complexo do que o do interior. E na região do litoral, com também ocupações desordenadas, e tem ainda uma questão envolvendo um problema social, com as habitações subnormais, que influenciam também no item perdas. Então é importante também destacar esse ponto e vamos avançar aqui. Bom, aqui eu trago as principais ações de combate às perdas reais, que são

referências, todos os senhores acho que já conhecem, todas elas são reconhecidas aí como melhores práticas e a Sabesp desempenha, desenvolve todas elas. Aqui cabe o especial destaque para o gerenciamento das pressões, a Sabesp tem evoluído bastante nesse tema, a crise hídrica foi um grande aprendizado para nós. A calibração do sistema e de todas as nossas válvulas redutoras de pressão, hoje nós temos uma cobertura muito maior do período pré-crise dessas válvulas redutoras de pressão, que equilibram a demanda, conforme o consumo do dia, em diferentes períodos do dia. A gente tem picos de consumo em horários diferentes. E as perdas, a pressão está intrinsecamente ligada às perdas, então o gerenciamento ativo das pressões é uma ferramenta eficiente para combater as perdas. Agilidade e qualidade nos reparos, a própria regulação definiu um prazo para que a Sabesp efetive o reparo dos vazamentos, são 24 horas, determinado pela regulação e a Sabesp tem cumprido esse prazo. Então aqui também destacamos a renovação de redes e ramais, que é a infraestrutura básica para atendimento, então esse é um item também de muita atenção. O controle dos vazamentos, os vazamentos perceptíveis pela população ou que são comunicados através das nossas centrais de atendimento ao cliente são apenas uma parte das atividades que a Sabesp desenvolve. É feito um trabalho de varredura dessas redes ao longo de toda a sua extensão, para que se busque os chamados vazamentos não visíveis, então esse é um trabalho preventivo que a Sabesp desempenha, onde são recuperados volumes substanciais. E outro ponto de destaque também de perdas reais é a implantação dos distritos de medição e controle. A boa prática da metodologia internacional traduz para que a gente tenha superfícies menores de controle, para que a gente controle cada vez em superfícies menores. Então esse é um trabalho de setorização que é feito,

que não é um trabalho de curtíssimo prazo, muitas vezes requer a instalação de reservatórios para criar um novo setor de abastecimento, só aqui na região metropolitana de São Paulo, acho que temos cerca de 240, não é, Paulo? Setores. Então temos aí bastante complexidade no sistema. Importante também dizer, e aí acho que o papel do regulador vai sendo aprimorado ao longo do tempo, que existe o nível econômico de perdas, que tem que ser discutido e acho que dentro do ambiente regulatório isso será objeto de estudo para que não se onere excessivamente o consumidor com a busca de níveis de perda, que não necessariamente tragam o benefício econômico. E uma parcela que são inerentes a qualquer sistema, que são as perdas inevitáveis. Até no Japão temos perdas. Bom, agora falando sobre as perdas aparentes, que a parcial de perda reais ou que efetivamente é perdido com vazamentos, parcelas das perdas aparentes cabe destacar aqui um ponto importante, que é o de combate a fraudes. Que é saber o desempenho, ela tem uma cooperação permanente com a Polícia Civil do estado de São Paulo, para identificar essas fraudes. Infelizmente é ainda uma situação de rotina, sempre vemos aí a imprensa divulgando alguma fraude que a Sabesp encontrou. Então é uma situação que está ainda presente no nosso cotidiano. No dia a dia a Sabesp vem trabalhando em parceria com a polícia para combater esse tipo de fraude, que se traduz aí dentro dos índices de perdas. Uma outra vertente importante, é o gerenciamento da hidrometria, a Sabesp tem 100% das suas ligações hidrometradas. A a idade média do nosso parque de (inint) [01:01:06] é de três a quatro anos, então é um ponto também que a Sabesp dá bastante atenção. Também aqui temos a questão do nível econômico das perdas aparentes, perdão, o nível econômico das perdas aparentes, estou me atrapalhando aqui. Em comparação com o nível atual. Ok. Bom,

vou trazer aqui a estratégia, então, a estruturação do programa de perdas da Sabesp, que tem o principal objetivo de atingir uma redução consistente no longo prazo. Como foi exposto, e todos sabem, não é um problema simples. Então ele vem sendo tratado ao longo dos anos da Sabesp. Em 2008 estivemos uma situação, eu trago aqui o índice de perdas da micromedição, o indicador IPM, que montava ali cerca de 34%, em 2008, e 430 litros ao dia. Então a estratégia desse planejamento de vários anos é trazer até 2020 o atingimento da meta de 273. A Sabesp no seu plano de negócios inicialmente propôs a meta de 281 litros por ligação, por dia, isso lá na fase inicial, na primeira etapa desta revisão tarifária. O regulador fixou essa meta de 273 e a Sabesp então efetuou o replanejamento de suas ações para que essa meta de 273 fosse cumprida. Aqui os principais pontos de destaque, como eu demonstrei, como verificamos o horizonte de planejamento não é de curto prazo. Bom, aqui a gente demonstra o resultado das ações da Sabesp, que sob qualquer ótica é possível verificar que o indicador tem uma trajetória descendente de redução das perdas, a companhia está empenhada nesse item, saímos lá de 2004 em um patamar alto, de 540, enfrentamos aqui a crise hídrica, que traz aqui uns (outlines) [01:03:13] nessa série histórica. Mas que hoje realizamos, esses números já estão fechados, já estão de posse do regulador inclusive, 308 em 2016 e 302 em 2017. Aqui eu trago essa curva, o indicador em percentual, que ainda é conhecido pelas pessoas, em 30.7. E a parcela de perda real ou de vazamentos que está em torno de 20%. Importante destacar aqui a redução que foi feita ao longo dos anos, de 25% de todos esses indicadores nos últimos 13 anos. Então esse é um ponto a ser mencionado. Outro pronto eu já citei, é importante aqui destacar que a Sabesp está dando uma importância, como não deveria deixar de ser, para o seu programa de

perdas. Para onde negócios que está sendo trabalhado nessa revisão tarifária, monta, a segunda linha que está em destaque, cerca de dois bilhões e meio de reais de investimento nos próximos quatro anos. Isso é mais que grandes companhias de saneamento investem em todo o saneamento, então é importante que a gente continue nessa trajetória que vai permitir sim que a gente tenha patamares de excelência em toda a base operada, não só nos municípios onde a Sabesp já atingiu. Bom, aqui a gente traz uma contribuição em cima especificamente da meta regulatória de perdas, como o doutor Bonifácio bem colocou, é um item sensível para nós, ela influencia diretamente nas despesas operacionais no modelo de projeção regulatória dos custos. Parte-se de um pressuposto que a prestadora já atingiu o nível de eficiência para aquele determinado item, e que em cima desses drivers calculados por aquela meta de perdas regulatórias se desdobra toda a análise do (Apex) [01:05:13]. Bom, a gente entende que essa meta que foi fixada agora, ela é mais restritiva do que o imposto pela própria agência, na etapa preliminar, que volto a dizer, isso foi feito recentemente, há 6 meses atrás, em outubro de 2017. (inint) [01:05:30] já replanejou o seu programa de perdas para atingi-la, em que pese (inint) [01:05:36] fizemos uma contribuição, que os recursos previstos nesta etapa ainda não seriam suficientes, mas a (inint) [01:05:43] entendeu que essa meta fixada por regulador teria que perseguir. Então os 273 era um número que estávamos trabalhando. E fomos surpreendidos com o número de 242, e a gente traz aqui uma ponderação para que seja feita uma reavaliação desse número. Importante destacar, como o doutor Bonifácio colocou, as metas contratuais pactuadas com os municípios que delegaram as funções de regulação para a agência, elas são incompatíveis com este número de 242. A gente traz aqui nessa tabela, nesta daqui, a

média ponderada das metas estabelecidas nos contratos de programa. Ela chega a 274 litros por ligação por dia, não são todos os municípios que são regulados pela Arsesp dos 368 são 284, 285 acho que são da Arsesp. Então nós temos aqui uma média ponderada, calculamos para todos os municípios da Sabesp, chegaríamos aí em um teto de 281 litros ao dia. Mas isso é um ponto que a gente precisa discutir, porque o número de 242 a Sabesp entende que não é cumprível, tem uma inviabilidade técnica de ser cumprida neste prazo que se estabelece. Até 2020, nós estamos em abril de 2018, restariam pouco mais de dois anos para atingirmos esse patamar de eficiência, dada a complexidade técnica, como já comentamos e os senhores conhecem, nós entendemos que não é possível. Outro ponto importante que a gente gostaria de contribuir é com relação ao benchmarking que foi utilizado. Entendemos a metodologia do ponto de vista que foi utilizada, mas é importante destacar que os níveis, embora seja o que se tem, ele é uma fonte de dados questionável. São dados não auditados, dados declaratórios das companhias de saneamento, onde a a Sabesp, muitas daquelas companhias que estão lá listadas vem até a Sabesp procurar as boas práticas para atingi-las. Então temos que comparar sobre a mesma base. Sistemas complexos, comparados com sistemas complexos. Muitas daquelas companhias que estão listadas sequer tem uma comedição implantada em todos os seus setores. Então, é importante que se avalie essa base de comparação. A própria Arsesp, entendeu que a Sabesp, naquela metodologia forma um (cluster) [01:08:23] exclusivo. Então a sugestão é que a gente faça um comparativo internacional para que a gente tenha uma percepção mais clara dessa questão. Último slide aqui, o penúltimo, perdão, eu trago aqui uma comparação com a projeção do lado esquerdo, da Sabesp, e do lado direito da Arsesp, os senhores podem

notar que nós estávamos trabalhando com a meta anterior, de 273, fixada pela própria agência, 6 meses atrás. Embora houvésssemos apontado a necessidade de incremento aí no (Capex e no Opex) [01:08:57]. Já realizado, o passado está aqui, não é possível de ser mudado, então a trajetória que vai se buscar com esse plano de negócios, com esses investimentos é o atingimento dos 273. A Arsesp parte aqui de um ponto de partida que não é real, 285 em 2017 não fechou, está em 302, então a gente ratifica que essa imposição dos 242 não é cumprível do nosso plano de vista. Para finalizar eu trago aqui uma reflexão, que é a referência que a referência que a Sabesp, através aí conta com o apoio da agência do governo japonês, a (Jaica) [01:09:38], agência de cooperação, que nos apoia em questão inclusive com financiamento estruturado para esse programa, em Tóquio, que foi a referência que foi adotada aqui para o comparativo. Eles levaram cerca de 10 anos para reduzir de 80 para 20, aqui no período da guerra, o Japão passou por uma reconstrução da sua infraestrutura, as redes foram feitas inclusive com material de aço inox. E que desde então, para reduzir os 20% para 8,4 foram necessários 40 anos de esforços ininterruptos. A gente entende sim que a Sabesp ainda há de buscar um avanço nesse sistema, mas que ele tem que ser concatenado com a capacidade de pagamento dos usuários e a factibilidade técnica para o desenvolvimento da redução de perdas, ok? Essa era minha contribuição, vou passar a palavra para o senhor Xavier, muito obrigado pela atenção.

M2: Bem, boa tarde a todos. Eu antecipadamente gostaria de endossar as palavras do Marcel, no sentido que tem havido, de fato, uma contínua melhoria na qualidade das notas técnicas da Arsesp e na transparência. A disponibilização de um modelo de cálculo do (Pzero) [01:11:11] foi importante avanço nesse sentido. Nem por isso, obviamente, concordamos

em tudo. É saudável que a gente tenha pontos de vistas diferentes, porque é através deles que chegarmos no equilíbrio. E nós temos várias ponderações a fazer nos cálculos, na metodologia adotada pela agência, e estou aqui, como disse o Marcel, até o final da consulta nós vamos colocar mais algumas. A primeira delas, que eu repito aqui, hoje é a mais importante, é do balanço de ganhos e perdas. Como o doutor Bonifácio disse, ao final do ciclo tarifário se faz um balanço de ganhos e perdas, que reverte um ajuste compensatório, ou a favor da Sabesp ou a favor do consumidor. No nosso ponto de vista, o balanço desse ciclo que se passou, a Sabesp é credora e não devedora. A nota técnica, as notas técnicas do ciclo anterior, nesse aspecto de balanço de ganhos e perdas realmente é bastante confusa, você precisa ler e relê-las para concluir que itens eram passíveis desse balanço. Porque nem todos os itens são passíveis. Tanto é que a Arsesp agora sabiamente está deixando muito claro que item será passível e que item não será passível de balanço no próximo ciclo. Então no futuro nós não teremos essa dificuldade. A própria matriz e risco foi uma iniciativa bastante interessante. Mas se nós lermos e relermos as notas técnicas do ciclo passado, a conclusão que a Sabesp chega é que somente três itens eram passíveis de balanço de ganhos e perdas, receitas, investimentos e energia elétrica. Então, vou falar rapidamente sobre cada um deles. Está voltando? Essa é a parte mais complexa. Bom, no que constar na receita, o normativo é claro que deva ser feito ao final do ciclo o balanço da receita, e por que da receita e não de volumes? Porque como a Sabesp como a tarifa em cascata, a variação de volumes não tem impacto linear na receita. Então, se o volume cai, a receita cai mais do que proporcionalmente, se aumenta, ela aumenta mais do que proporcionalmente. Então, de fato, o correto é fazer o balanço da receita,

você confrontar a receita requerida, que foi calculada no ciclo anterior, contra a receita efetivamente obtida, com alguns ajustes como nós vamos ver, mas me parece que a redação do normativo, na página 34 e 35 da (IPS) [01:14:32] de 2002, ela é bastante explícita que esse balanço deva ser feito agora no final do ciclo. Estou com problemas. Não, até mudo, até o final eu acho que aprendo, vamos ver se dá tempo. Bem, o confronto da receita requerida calculada no primeiro ciclo com a realizada demonstra que a Sabesp teve três bilhões a menos de receita do que aquela que foi base de cálculo para a tarifa de equilíbrio. Isso já voltando com um bônus, porque corretamente a agência entende que o bônus é um ônus da Sabesp, então ela não pode ser agora repassada para o consumidor, então a Sabesp está assumindo isso. E também a tarifa de contingência, porque a agência entende, o que a gente não pode discordar, que essa receita da tarifa de contingência tem que ser devolvida ao consumidor. Então, mesmo fazendo esses dois movimentos, o fato é que a Sabesp teve uma receita inferior em três bilhões a menos do que estava previsto no ciclo. É, mas eu chego lá. Bom, outro ponto (inint) [01:16:06], também normativa bastante claro, fundamentalmente da nota técnica da revisão extraordinária, de que ao final do ciclo iria ser feito o balanço de energia elétrica. E aqui também demonstra que a receita também seria objeto de balanço. Inclusive o normativo está claro dos passos que devem serem feitos para esse balanço. No caso da energia elétrica, não ficou claro na nota técnica da revisão extraordinária se a agência acatou ou não exatamente o pedido que Sabesp fez de energia elétrica. Então não ficou muito claro. E aqui ao contrário. Se a gente usar o que a Sabesp solicitou, ou propôs, de dispêndio de energia elétrica, nós temos o crédito aqui de favor ao consumidor. Então dado esse número, nós teremos que devolver 430 milhões para o consumidor a título

de energia elétrica. E finalmente caso do investimento, também a regra é clara que você deve usar a mesma unidade de medida do critério que estava sendo previsto, para fazer o balanço. E na ocasião o critério que foi usado para o projetar o plano de investimento é a saída de caixa. Então, você deve usar o critério de saída de caixa para fazer esse comparativo. A Sabesp no primeiro ciclo tarifário, pelo mesmo critério que fez a projeção, ela investiu um bilhão a mais do que estava originalmente previsto. Houve sim uma mudança no portfólio, no investimento, em função da crise hídrica tivemos que fazer rebalanceamento, mas em termos agregados, nós acabamos investindo um bi a mais. Então, o composto líquido disso que a gente entende que tem que ser o balanço, ele é credor a Sabesp. E nesses itens que a agência também fez o balanço, pelo menos nós não encontramos na nota qualquer indício de que esses itens devam ser compassíveis de balanço, que são passíveis de cobrança, receitas indiretas, outras receitas e capital circulante. Bom, aqui é detalhe técnico que eu vou passar. Outro aspecto que tem também que ser considerado é que além da variação do capital de giro, nosso entendimento aqui deva ser colocado o estoque, o saldo inicial de capital de giro no fluxo de caixa. Então eu acho que essa questão também é um reparo que a gente faz. E por último a tarifa média efetiva. Ao você calcular o ajuste, você tem que confrontar com a tarifa média vigente. Então você chega a uma tarifa de equilíbrio, confronta com a tarifa média e chega à conclusão que o ajuste é X por cento. A Sabesp com a agência, nós particularmente não estamos conseguindo chegar exatamente na tarifa média que ela partiu, nós estamos com 2.68% de tarifa média efetiva inferior ao que a agência indica. Um dos pontos que nós detectamos tem a ver com a questão do cálculo de reforma, uma

tecnicidade, a agência usou a primeira fórmula. Nossa sugestão é que use a segunda forma. Basicamente é isso, muito obrigado. Consegui.

F1: Daremos início neste momento a etapa das manifestações dos expositores. Lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e que cada expositor dispõe de 10 minutos. Chamamos a senhora Luciana Ferrara, professora da Universidade Federal do ABC.

F2: Muito boa tarde a todas e a todos. Eu sou Luciana Ferrara, professora do curso de bacharelado em (inint) [01:21:20] territorial da Universidade Federal do ABC, e estou aqui para trazer os resultados de um debate que nós fizemos, uma oficina na verdade, que nós realizamos na Universidade no início de março, que se chamou precificação do serviço de saneamento. Nós organizamos essa oficina, eu e o professor Ricardo Moreti, que está aqui, um grupo de pesquisadores do tema da pós-graduação na Universidade, e convidamos vários especialistas e atuantes no setor do saneamento para debater essa questão com a gente. O que nos motivou a fazer essa oficina? Uma reflexão de que o atual modelo tarifário não tem sido suficiente, não tem garantido a função social do saneamento. Então, minha fala aqui hoje é de trazer algumas propostas que foram discutidas naquele momento por um grupo grande de pessoas, cerca de 40 pessoas especialistas. E a nossa preocupação é colaborar nesse processo de revisão tarifária trazendo questões que a gente vê que nem sequer estão sendo discutidas no modelo. Então, essa questão de como tratar a função social do saneamento, a gente discutiu ela a partir de três questões principais. Então, um olhar que é justamente o desafio da universalização e da tarifa social. Outro que é olhar para o problema do não tratamento de esgotos. Quer dizer, o problema do ciclo permanente de poluição dos nossos rios. E também a questão da gestão de demanda. Então, nós tratamos esses três

temas nessa discussão, e eu queria então colocar aqui algumas propostas, algumas diretrizes gerais que a gente de fato não vê contemplada nesse momento de revisão tarifária. Pode passar, por favor? Então a primeira questão é que a gente discutiu bastante, e a gente coloca isso, o preço do serviço dos saneamentos, impactos sobre a qualidade das águas. É o primeiro tema que a gente vai colocar aqui. Uma primeira questão, pode passar, é que é mais geral, é que a gente sabe que é um grande desconhecimento da sociedade em relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto. Existem dados, índices gerais, mas eles não são detalhados, eles não retratam a fiel situação que nós vivemos em relação a coleta e principalmente ao tratamento de esgoto. Então a gente reivindica que essa fosse uma questão a ser melhor trabalhada. Também é necessária uma transparência nos planos de negócio relativos a esse serviço, eles são muito pouco divulgados. Recentemente passaram a ser mais divulgados, eles não são acessíveis para a população de um modo geral. Até mesmo esse ambiente técnico aqui é de discussão de um tema tão complexo, que tem uma interferência social tão grande, a gente não vê uma possível apropriação da coletividade da sociedade em relação a esse debate. Então a gente acha realmente que isso devia ser traduzido em uma linguagem acessível, o debate devia ser mais aberto e chegar mais próximo à população. Pode passar, pode passar mais um, por favor, mais um. Então, uma das questões que a gente coloca em relação a (inint) [01:24:57] de fluentes, e a gente tem uma contribuição importante da Arsesp no dia da oficina, é que o modelo adotado pela Arsesp atualmente, de Minas Gerais, ele pode ser inspirador para São Paulo. Em que sentido? A tarifa deve ser diferenciada em função da qualidade e do tratamento do percentual tratado de esgoto. Então, nessa proposta é que a remuneração do

prestador de serviço de saneamento seja feita por resultados alcançados de forma a incentivar o tratamento de esgoto. Então é uma lógica de que o tratamento de esgoto seja incentivado, ela não é só uma medida de volume a ser considerada na tarifa. Outra coisa que a gente sugere é o aperfeiçoamento dos instrumentos da (inint) [01:25:49] uso da água, que já é aplicado pelo sistema de recursos hídricos, mas sem um custo significativo para a prestadora de serviços, e sem que os recursos arrecadados sejam revertidos diretamente para a solução esgotamento sanitário. Aqui tem uma interface da relação do saneamento com o sistema de recursos hídricos. Um terceiro ponto é que além da cobrança existente pelo lançamento de fluentes tratados deveria haver uma cobrança mais inervada pelo lançamento de fluentes não tratados de esgoto, no caso de metas não atendidas. Bom, a gente também acha que deveria ser incorporado de alguma forma um fundo ou alguma parte desse investimento que resulta... investimento não, desculpa, dos litros que resulta para a Sabesp o serviço de saneamento, um investimento em mananciais, por exemplo. Outra coisa, tarifa social, a gente acha que é necessário ampliar a quantidade de pessoas com tarifa social. Temos (inint) [01:27:02] como referência para isso. Tem uma gratuidade com volume mínimo, para um consumo mínimo ou qualquer outro número, mas que garantisse uma gratuidade de volume mínimo de consumo. Corte de água, desculpa, me atrapalhei aqui, corte de água, também a segurança de saneamento mínimo de água necessário para a sobrevivência de higiene pessoal. Que a gente está pensando principalmente na população vulnerável e de baixa renda. E são necessárias políticas públicas que olhem para uma população que absolutamente está fora do sistema, que não tem torneira própria. Que é a população de rua, que é a população que trabalha

na cidade. Enfim, a gente também tem proposta para a zona rural, para a gestão da demanda. Gostaria se possível ter mais cinco minutos ao final, para que a gente pudesse apresentar isso. Mas na verdade a gente também produziu um texto, ela falou que encerrou, a gente produziu um texto com todos esses resultados, com todas as propostas, (inint) [01:28:11] aqui. E a gente encaminhou esse texto por escrito, e a gente vai circular mail. Você quer falar então? Então eu vou passar agora os quatro, três minutinhos finais para o Amauri apresentar as propostas de gestão de demanda.

Amauri: Boa tarde, senhoras e senhores. Amauri (Polack) [01:28:38] pesquisador aqui da Universidade Federal do ABC, e complementando aqui a exposição da professora Luciana, vou falar um pouco aqui da gestão de demanda. E quais são as propostas que foram trabalhadas dentro dessa oficina que promovemos lá na Universidade. É importante destacar que participaram dessa oficina representantes de empresas de saneamento, representantes de agências reguladoras, representantes de cidades, de municípios, assembleia legislativa, ONG, o que seja, um conjunto de pessoas bastantes representativas do setor e que pensam na questão. Agora, com relação as propostas de ação de demanda, nós colocamos, na verdade nós colocamos oito propostas, nove propostas. Primeiro, o conceito de gestão de demandas não engloba apenas a questão de perdas físicas, mas também o estímulo, o uso racional e a redução de desperdício pelo próprio consumidor. Também, a metodologia, entendemos que a metodologia de precificação dessas tarifas é o caminho para se buscar a redução de uso de água e a melhor eficiência na gestão de demanda. Nós vivemos, aqui, em uma região... por exemplo, do Tietê... se considerarmos, também, a área do Piracicaba e a própria Baixada Santista, áreas que têm enormes conflitos, com relação à disponibilidade de água. Uma área que,

por natureza, tem escassez. Então, é importantíssimo se trabalhar com esse conceito de gestão de demanda, em uma regulação tarifária. E, aí, nos propusemos, também... foi fruto dessa oficina, mecanismos de metas e bônus, para a operadora, aplicados diretamente à conta, em regiões (periódicas) [01:30:41], poderiam conter um fundo específico, em que os recursos poderiam ser acessados pela empresa prestadora de serviços, à medida que as metas forem atingidas. Também, entendemos que os mecanismos de bonificações devem se basear em indicadores públicos, mensuráveis e relevantes para a qualidade esperada dos serviços. Aí, eu faço um brevíssimo comentário, a respeito dos indicadores colocados aqui, para... o chamado de fator Q, em que se colocam indicadores como, por exemplo, reposição de pavimento, ou então, número de reclamações do consumidor. A gente sabe muito bem que o número de reclamações de consumidor é algo que não é uma medida tão adequada, porque, de certa forma, a partir do momento que existe uma acomodação, uma ausência ou uma baixa eficiência do serviço, o consumidor deixa de fazer a reclamação. Então, o que seria importante definir em uma meta... uma bonificação para um indicador, voltado à renovação de ativos, que já estão (elitizados) [01:31:56]. É algo que se torna imperioso para a redução efetiva das perdas físicas, é essa renovação de ativos, de forma bastante intensiva. E também, indicadores. Para a água, se espera uma indicadora adequada, a pressão do abastecimento, nos pontos mais altos, mais distantes, os pontos mais críticos. Algo que existe hoje, no sistema elétrico... (falando) [01:32:25] em uma agência reguladora, aqui também... verifica-se esses indicadores do sistema elétrico, é algo que é possível de ser verificado, em pontos específicos do sistema. Para o esgotamento sanitário, a qualidade final, dos corpos... é claro que a qualidade final, seria a classe três, quatro ou dois,

isso depende de outros fatores, como, por exemplo, carga difusa. Mas a qualidade do efluente final, na estação de tratamento de esgoto poderia ser uma mensuração. E, também, metas e bônus (utilizados) [01:33:00], para o crescimento da capacidade eficiência no tratamento. Por fim, para concluir, já o tempo que foi avisado está encerrado, entendemos que a agência reguladora deve assegurar o acompanhamento dos resultados pela sociedade, com o controle e participação social, ou seja, a transparência desses indicadores de acompanhamento da qualidade e a prestação de serviços, e, também... aí, é uma questão que está ligada na escola, no sistema de gerenciamento de recursos hídricos, que é uma unificação do controle e da fiscalização do outorgue da qualidade da água, que hoje, ela é dissociada. São essas propostas, gostaria de agradecer a atenção de todos. Obrigado.

F1: Chamamos o senhor Sávio Mourão Henrique, diretor técnico da Mourão Henrique Consultores Associados.

Sávio: Boa tarde a todos e a todas. Bem, eu venho contribuindo com esse segundo ciclo de revisão tarifária, desde a primeira audiência pública, e as três consultas públicas. Então, dessa vez, eu separei só quatro temas, para mostrar, aqui, porque, da primeira a gente trouxe toda uma história, dentro do mestrado, que eu terminei naquela época e a gente percebeu que o debate foi para um outro lado, foi muito mais na revisão continuidade do modelo tarifário, que estava proposto. Ainda assim, eu vou fazer algumas considerações, aqui, que são muito pertinentes. Primeiro, que a nova fórmula repete a estrutura da fórmula antiga, ainda que tenha criado o conceito de receita requerida, que realmente... eu vou concordar, aqui, com as palavras do Xavier, precisam ser olhadas, porque, quando você tem um contrato, e determina determinado valor, que a empresa vai receber,

aquilo tem que estar dentro do jogo, porque, se você não tiver esse valor, a empresa vai ser estimulada a reduzir o consumo total, da sociedade, e isso é uma coisa positiva. Então, o que acontece, quando a gente divide, no final da conta, pelo volume total, de água a ser faturado? A gente gera uma informação, onde, durante um determinado volume de água, existe um lucro previsto, aqui, pela empresa, uma base regulatória, a ser remunerada e um CAPEX a ser remunerado para a empresa. No metro cúbico seguinte, que você passa a não ter mais acima do volume total faturado, que a empresa deveria produzir de água, naquele momento, aquela base remunerada já foi paga, o investimento já foi pago, e aqui no sistema, soma tudo em lucro. Então, o conceito de receita requerida, ele vai muito a favor dessa visão, ainda que o Xavier tenha mostrado números, aqui, que poderiam mostrar que a empresa não atingiu o volume total de recursos financeiros, mas o número não é muito bem compatível com os 13, 14 bilhões totais, que a gente viu de receita. Então, a gente poderia abrir um pouquinho, isso, para conhecer. Existe, sim, dentro da metodologia de 2012, a questão da receita requerida, através do ajuste de variação de receitas, e isso funcionaria como um revenue cap. Ele limita o máximo de receita que a empresa poderia ter. O lucro, ele precisa estar orientado para um resultado. Esse resultado, como a Luciana colocou muito bem, aqui, ele não é o resultado financeiro da empresa, ele é o resultado social. Onde que a nossa sociedade quer chegar com o saneamento. Então, essa margem de lucro, que a empresa privada almeja, ela deve ser exemplar, em resultados. A empresa que almeja lucro com serviço público, ela tem que ser exemplar nos resultados que a gente espera delas, e o que a gente não vê acontecer. Como que a gente não vê acontecer, isso? Porque a gente tem, hoje, uma empresa que é remunerada pela produção de água, até um determinado

ponto, ela tem um valor agregado, no produto dela, e, ao mesmo tempo, ela é remunerada pelo serviço de esgoto, e, a partir daí, o esgoto passa a ser um custo, para aquela empresa. Então, se a empresa reduzir o custo, ela aumenta o lucro, o que acontece com a nossa empresa. Hoje, a gente tem, aproximadamente, 54 metros cúbicos por segundo, de esgoto, sendo produzido na região metropolitana de São Paulo, e a gente tem a estação de tratamento, tratando 16 metros cúbicos por segundo. Então, é isso que a nossa sociedade almeja? É isso que é o resultado econômico, que a empresa... é suficiente atingir. Então, é necessário que a gente tenha um aporte de recursos suficientes, para a gente mudar, um pouco, esse panorama. É isso que a nossa sociedade almeja. Então, a ferramenta da regulação é muito boa para a gente estimular o aumento do esgoto tratado. Então, olhar para essas metas, que a gente pode colocar para a empresa, para a gente expandir o sistema de tratamento é uma coisa que eu tenho certeza, que a Sabesp já vem trabalhando, a gente vê isso acontecer, mas dentro de um horizonte de investimento de X tempo. Então, de novo, é isso que a nossa sociedade almeja? É esse o tempo? Será que a gente pode ir junto com a infraestrutura de regulação, olhar para um tempo que resulte em qualidade, para a nossa sociedade? Também, foi extremamente acertado tirar o São Lourenço da conta. Então, é uma forma... isso aqui é uma dúvida, e o Xavier – eu tive o prazer de conhecê-lo, gostaria de ouvir, depois, o Marcelo Xavier – um pouco sobre o que eu vou tratar no próximo slide. O São Lourenço fez o investimento, a Sabesp presta um serviço para a sociedade, a Sabesp tem que remunerar a empresa que fez o investimento... então a gente paga, o serviço e a remuneração da obra, inclusa na tarifa, para a Sabesp pagar aquele investimento. Então, isso é mais que lógico e não querer que a gente remunere um capital investido, o

capital investido foi da empresa terceira, não foi da Sabesp. Pensando que o capital investido foi da empresa terceira, eu pergunto. Aparentemente, a base de remuneração, então, precisa ser recurso da empresa, da Sabesp. Esse recurso, hoje, que a gente vai fazer o investimento, ele provém do CAPEX. O CAPEX é uma remuneração que vem, que está lá na tarifa... então, eu pago... a sociedade paga o CAPEX, para a empresa Sabesp. Então, lá no CAPEX tem X obras, que foram colocadas lá. Concluídas essas obras, remuneradas pelo capital público, pelas pessoas, ela vai para a base de ativo regulatória, e ela vai ser remunerada 8% ao ano, por 44 anos. Então, nós estamos pagando 8%, aparentemente, eu preciso conhecer um pouco mais... nenhuma das notas técnicas é possível a gente entender, se isso aí é exatamente o que eu estou pensando, mas é assim que transparece. Transparece que a gente remunera 8% do capital, que a gente mesmo colocou na empresa. Então, essa é uma dúvida que eu tenho, eu gostaria de ser esclarecido. Um outro ponto importante é o desestímulo à questão das perdas. O Marcelo colocou muito bem que existem esforços para manter as perdas, em um determinado nível, e esforços maiores, para a gente reduzir as perdas. Mas, ao mesmo tempo, no plano de investimentos, a gente tem lá, que 7,5% das perdas são visíveis ou detectáveis e 13,8% são não detectáveis. Então, faz parte de um dever de casa, da empresa, cuidar desses 7,5%, e a gente não vê isso. A gente vê que a regulação previu, na primeira revisão, que as perdas saíssem de 32% para 27%. E a gente vê a regulação voltar para as perdas de 31%, e para 26,4%. Quer dizer, nós estamos aceitando e voltado... o estímulo econômico, que a gente está dando é um sinal negativo. É um sinal de que nós vamos aceitar a situação das perdas, de novo. Nós não vamos colocar a ferramenta econômica a favor da regulação. Então, como que a gente faz isso, também? A gente

sabe muito bem que, a base de remuneração não recebe manutenção. Manutenção é o PEX. Então, eu, como operador do sistema de saneamento, eu não vou fazer a manutenção, se eu posso aumentar a minha produção de água. Eu mantenho as minhas perdas lá, em um nível X, para não ser inviável a prestação do meu serviço, e vou expandir a minha produção de água, porque eu vou ser remunerado 44 anos a 48%, nesse investimento. Então, em uma sociedade onde a gente tem água escassa na região metropolitana, será que a agência reguladora não poderia usar, como a ferramenta de regulação, para estimular a empresa a fazer a manutenção, como foi colocado, aqui, 74 mil quilômetros, com a possibilidade de idades de mais de 50 anos, então, é interessante para a gente, que a gente seja estimulado... que a Sabesp seja estimulada a fazer a manutenção dessas redes e, quiçá, a gente propor uma meta: “ó, nós vamos recuperar, aí, 10%, por X tempo, e, se você for além disso, é muito interessante para a gente”, porque, isso também é um capital água e esse capital água fica disponível para outros usos. Então, para concluir, a gente tem uma série de deveres de casa. Isso, na hora que a gente pega o tal do índice... o fator Q, colocado... e um fator Q, que vai na direção de tapar buraco, de reclamação com... e essas coisas não são as obrigações da Sabesp. O que a gente espera, como sociedade, da Sabesp é tratamento de esgoto, é rede de esgoto, é garantia da prestação de serviço de água, é pressão na rede versus qualidade da água. Então, esses são os elementos que deveriam estar presentes, nesse fator “Q”, que são o dever de casa da empresa: tratar esgoto, reduzir perdas, pensar nos não atendíveis... eu não gostaria de ser um não atendível. A Sabesp, hoje, olha ainda pessoas que não são atendíveis... precisamos pensar em tecnologias para as áreas não

atendíveis. Então, essas são as contribuições que eu tenho para hoje... e obrigado, pelo espaço. Valeu.

F1: Chamamos agora o senhor Julian Thornton, consultor internacional.

Julian: Bom, boa tarde a todos. Meu foco, hoje, é perdas. Meu nome é Julian Thornton, como ela falou, eu sou um consultor internacional, tenho 35 anos, sou focado nessa parte de perdas, já trabalhei em 33 países, inclusive, bastante tempo aqui no Brasil. Não melhorou muito o sotaque, mas vão ter que aguentar o portoinglês hoje. Mas, se não entenderem alguma coisa, favor, me perguntem, está bom? Bom, a gente já ouviu vários depoimentos sobre perdas, até agora... eu gosto de citar algumas práticas boas... quero mencionar, também, que eu sou o representante para a América Latina, do IWA, foi mencionado na primeira apresentação. Então, eu represento, voluntariamente, o IWA, na força tarefa de redução de perdas. Então, alguns conceitos que eu vou apresentar são minhas ideias, observações, sobre as colocações, e algumas são do IWA. Primeira coisa, que a gente sabe, que a redução de perdas não é novidade. Já ouvi dizer isso, a gente sabe que a própria Sabesp já tem um programa bem longo, meu bisavô se formou em Manchester, 120 anos atrás... então, se a gente quer fazer um ranking, compara com Manchester, são bem mais práticos, estão a 120 anos trabalhando... não é meu bisavô de verdade... mas não é novidade. Mas o que é novidade? As tecnologias, que a gente pode usar, a situação de rede, hoje em dia, etc. Para conseguir comparar, e fazer um ranking, de perdas, entre uma empresa e outra, seja aqui no Brasil, ou internacionalmente, eu, Julian, acho que é necessário fazer uma modelagem de componentes de perda, para entender quem está perdendo o quê. Quando que é o componente de perda aparente? É até onde pode ir. Quanto é o componente de perda real? Até onde pode ir. E há quanto

tempo aquela empresa está atuando, naquele programa? Porque, se você é uma empresa que está começando a atuar agora, você vai atuar onde? Onde é mais fácil. Onde é mais fácil e mais barato. Então, a gente tem que ter uma noção de maturidade, de programa de perdas, quando gente compara uma empresa com outra. Não estou falando que não dá para comparar, estou só falando que eu acho que tem algumas coisas a mais, para incluir na comparativa. Então, quando a gente entende como a empresa está funcionando, a gente pode fazer uma comparativa. Quando a gente entende que uma empresa... os componentes, com variedade... a gente pode decidir qual componente a gente vai aplicar e quanto. Obviamente, no começo do problema a gente vai implementar rapidez e qualidade de reparos, controle ativos de vazamentos, troca de medidores... porque rendem um retorno mais rápido. Quando a gente tem um programa mais comprido, a gente está há 20, 30 anos dentro do programa, a gente sabe que cada metro cúbico, que a gente vai economizar, custa mais. Então, a gente tem que chegar até um certo ponto, como foi falado, mais cedo, por Marcelo... não pontuei, aqui, não. É que achei importante saber um limite, também. Outra coisa que eu não ouvi... foi falado... até, na verdade, essa conversa, esse debate, hoje, é a taxa natural de crescimento, que eu acho que é muito importante. Acho que esse ponto, gente... se você leva alguma coisa, que eu tenho que falar hoje, para casa, hoje à noite, é isso. Se a gente vai comparar com o regulador, ou se a gente vai montar um programa, com a Sebsp, ou qualquer outro fornecedor de água do país, a gente tem que entender isso. Enquanto você está lendo o português... se você não quer ouvir o português, aqui, vamos pensar nesse cara, aqui. O que está fazendo? Quem foi adolescente, aqui? Alguém foi adolescente? Não tem nenhum... ninguém foi adolescente, nesse grupo? Bom, eu fui. E,

quando eu fui adolescente, provavelmente, igual a vocês, eu fui ao shopping. Eu fui, porque tem menina bonita, do outro lado, tem menino bonito... aí, a gente quer passear, quer ficar fora dos nossos pais, não é? E o que tem no shopping? Tem aquela escada rolante. E a gente entra no shopping, a gente está no térreo, e, aí, está descendo do primeiro andar. E o que eu vou fazer? Eu vou mostrar para a minha namoradinha, meu namorado, como eu sou diferente, vou subir essa escada rolante, pelo contrário. Ela está descendo e eu vou subir. Eu subo correndo, chego na metade, vejo alguma coisa interessante, paro, já voltou onde eu comecei. A taxa natural de crescimento é isso. Medição... e, se a gente não fazer nada, quanto tempo vai levar para voltar, onde a gente estava? E, para comparar, de novo, descobrimento batendo nas variáveis usadas... só estou falando, porque acho que tenho que agregar isso aqui... é muito importante entender quanto que é a taxa natural de crescimento. Porque, na verdade, o investimento e o tempo necessário para chegar em uma meta, depende muito de quanto se tem. Eu vou te dar dois exemplos... por exemplo, que é chocante. A gente fez uma análise junto com a Sebesp, em 2014... eu acho que foi em 2014, entrando na seca... é quase nove metros cúbicos por segundo, que é quase 220 litros de ligação em um dia, o ano. Ou seja, você parou de fazer... a gente está quase em 200 litros de ligação/dia de perda real, agora, a gente vai dobrar. É chocante, é assustador. O Valor (cache) [01:51:13] é assim. Por exemplo, que foi citado na tabela, ele é sete vezes a menos. E tem por quê. Tem por quê, então, por isso, a gente tem que entender o conteúdo do que a gente vai comparar. Por que a Jessi está menos? Porque a Jessi tem menos pressão, porque tem uma área plana; tem um bump e depois é tudo plano. É tudo abastecido pela gravidade. E o sistema que está abastecido pela gravidade, ele vaza menos, tem menos

estresse, no sistema. Então, é importante entender quando a gente... todo mundo faz. Eu faço ranking, eu faço comparativos, é normal, o ser humano faz isso. Mas, a gente tem que entender o que é propriedade, para a gente comparar. Também, na mesa época, durante a seca, tive que responder uma pergunta à imprensa, de eficiência do investimento, no passado, Sabesp e, também, no plano... porque era 2009 a 2019. E você vai ver... esse guia é anônimo, mas é uma coisa que foi feito pelo (AT&T International) [01:52:16], dos Estados Unidos, (inint) [01:52:20], ele comparou vários programas grandes, colocou a taxa natural de crescimento e comparou quantos elas tinham em redução – nesse caso, metros cúbicos por dia – e quanto que foi o investimento. E você vai ver que pode... tudo bem, pode ser que a Sabesp possa fazer mais, não estou negando isso, mas foi em linha com os outros grandes projetos, que estavam rolando, naquele momento. Então, não é muito fora do que está sendo feito ao redor do mundo. Outro jeito de olhar é se a matriz do Banco Mundial... acho que alguns, aqui, já viram isso... esse é só para perdas reais. Então, a gente sabe que o componente de Sabesp, de perdas reais é, mais ou menos, 60% daquele total. Então, você vê, em São Paulo, em azul, a gente está em um B, no ranking, do Banco Mundial. Um B. Se você ver, também, a faixa... a maioria das pessoas, naquele ranking, também, da Arsesp foi em um B. Tinha um, que acho que estava fora, que estava bem embaixo. Mas se a gente ver, por exemplo, algumas áreas menores, da Sabesp, também tem (áreas) [01:53:35] mais baixas, também. A gente está vendo uma média, em uma empresa enorme. Então, a gente tem que cuidar, porque a média também engana, quando está falando de 240 setores, ou mais. Só para comparar, um comparativo internacional... e também liga com aquele pensamento de tempo... quanto tempo está atuando contra perdas. Para quem conhece

Buenos Aires, uma cidade bonita... tem muitas coisas iguais, vamos dizer, ou similares, parecidas com São Paulo, mas por motivos de mudar, de ser municipal, se ser privado, de volta municipal, etc., o programa de perdas, ele começou, parou, começou, parou... a gente vê o que acontece, quando a gente vai no shopping. Aí, ela está no começo do programa, de novo. Então, se a gente for comparar a Sabesp com Buenos Aires, por exemplo, a gente vai falar: "não, a Sabesp é bem melhor". Não é... é a situação, é o conteúdo... é o contexto de Buenos Aires. E a Sydney é diferente. A Sydney, na Austrália, é primeiro mundo, tem dinheiro, não tem projeto que para... tudo está planejado para 50 anos... é controle de infraestrutura... tudo. Olha onde eles chegaram. Mas o contexto é diferente. Então, isso que eu queria tentar passar, que, quando a gente vai fazer um ranking, quando a gente vai comparar, tem que entender e descrever o contexto, eu acho, minha opinião. Então, é necessidade de comparar maçã com maçã. Acho ótimo, o serviço que a Arsesp fez. Tem alguns reguladores do mundo, que estão começando a fazer regulação de perdas, agora... tem alguns que já estão fazendo há alguns anos. Gostei da transparência, acho que é ótimo um debate desse aqui. Eu vou colocar outras variáveis, alguns outros indicadores, que eu acho que é importante serem considerados, para o futuro, se vai continuar comparando um sistema com outro, para chegar em uma meta. E, para terminar, eu acho... sugestão para longo prazo... não tem que ser para agora, mas para longo prazo... eu acho mais justo, não só para a Sabesp e para a Arsesp, mas para qualquer operadora, no Brasil, que considera o nível econômico. A gente já ouviu um pouquinho, de nível econômico de Pedro Bial, e também de parentes, tem seus limites. Não tem que ser complexo, no começo. A gente ouve que as (coisas) [01:55:57] na Inglaterra, são complexas, são difíceis de entender, etc. Mas podemos

começar com algo mais simples e depois, evoluir a uma coisa um pouco mais profunda, um pouco mais válida para o futuro. Mas eu acho que... minha opinião, minha sugestão, para vocês dois, é para seguir naquela direção. Então, com isso, muito obrigado.

F1: Chamamos, agora, Guilherme Barroso Tcheco, do IBS, pesquisador.

Guilherme: Boa tarde a todos e a todas. Aproveitar, aqui, a ocasião para cumprimentar os diretores da Arsesp. Bom, enquanto colocam a apresentação, aí, colocar um pouquinho o meu lugar de fala, aqui, nessa audiência, e em todo o processo de revisão tarifária. Não é esse, é o último arquivo. Eu trabalho no Instituto de Democracia e Sustentabilidade, é uma ONG, MOSSIP, uma organização não governamental, enfim, acho que o próprio nome da organização dá um pouco da dimensão do meu lugar de fala e do lugar de fala do IDESE, aqui na audiência. Não viemos com uma contribuição técnica, mas sim com um olhar, tanto da sociedade, quanto da sustentabilidade e da transparência do processo. Então, já cumprimentando, aqui, o processo da Arsesp, que tem que ser reconhecido uma série de avanços, sem dúvida, mas julgamos que a inda há alguns desafios a serem superados, e é com esse propósito que eu venho falar, aqui. Eu acho que o primeiro aspecto, que, inclusive eu comentei, nessa oficina, lá, na Universidade Federal do ABC, é um pouco... eu acho que é a atividade de regulação tem que fugir do falso dilema, da dicotomia entre sustentabilidade financeira e econômica, de um lado, e a modicidade tarifária do outro. Entendemos que é um falso dilema, quer dizer, o que a sociedade espera da regulação no saneamento, por exemplo, é um pouco o que os colegas falaram, quer dizer... uma projeção de universalização, o quanto antes, de uma maneira sustentável, priorizando o esgotamento sanitário, priorizando os serviços ecossistêmicos, que são intrínsecos e

necessários, para que esse serviço ocorra de uma maneira sustentável. E, aí, três desafios, que eu coloco, aqui, como provocação... quer dizer, o primeiro, reconhecendo, por exemplo, o esforço da Arsesp em fazer audiências descentralizadas, nessa etapa, o que, por óbvio, é muito positivo. Mas, como a colega da UFBC comentou, eu acho que há um desafio, ainda, da comunicação, que não é só a atribuição da Arsesp, pelo contrário, tem uma série de atores aí... mas a sociedade precisa ser estimulada a participar, quer dizer, um documento técnico, que tem que ter o seu caráter técnico, é claro, mas, enfim, tem que ter um esforço de superar essa barreira da comunicação, que ainda o é. O segundo, e, as nossas contribuições, nessa primeira etapa, da etapa final, da revisão, algumas delas foram nesse sentido. A regulação consegue transcender e integrar as diferentes políticas setoriais? Quer dizer, o serviço de saneamento, do jeito que está posto hoje em dia depende, por exemplo, de uma transposição de bacias? A regulação nada tem a dizer ou a induzir como a empresa opera? Eu acho que tem campo aí para a gente avançar. E o segundo, o Boni costuma dizer: "a Arsesp não faz política pública", e ele está no seu papel correto de olhar para a atribuição legal da agência, mas a provocação que eu ponho aqui, Boni, é regular e definir a tarifa que é a principal fonte de investimento, não é fazer política pública. São alguns desafios, algumas provocações iniciais e essa última pergunta tem tudo a ver com a segunda, como é que a gente consegue utilizar do potencial que a regulação para gerar um sistema que feche, porque hoje as projeções que a gente é que tem dificuldade para fechar, se nós fomos investir cada vez mais em transposição, uma hora a conta não vai fechar. Ainda sobre a etapa da metodologia da presente etapa final, acho que há algumas ponderações também. O plano de negócios também a gente não conseguiu entender o

porquê dessa demora da divulgação. O plano de negócios é a pedra fundamental de todo esse processo, é lá que a sociedade, o regulador e a empresa acordam o que vai ser feito nos próximos quatro anos. Por que todo esse gap de janeiro de 2017 para fevereiro de 2018? A gente não conseguiu entender. Enfim, a alegação oficial foi que existiam informações confidenciais. Se uma empresa que opera num regime de monopólio natural, quais são essas informações confidenciais? Enfim, é uma pergunta de um instituto que não olha com um olhar técnico para esse processo. O fator Q, também os colegas já falaram, eu acho que apesar da etapa de metodologia já ter sido superada, eu acho que valeria a pena um olhar cuidadoso da agência reguladora. Existem bons exemplos, como por exemplo o Arsae em Minas Gerais, que olham indicadores que de fato estão olhando a qualidade do serviço; olhar tapa buraco na rua, do nosso ponto de vista, não seria um bom indicador. Um bom indicador é a eficiência do tratamento, a quantidade de esgoto que chega na estação. Eu acho que caberia ainda um olhar da agência, nesse sentido, para esse fator Q, que é muito positivo. Em relação a perdas, também acho que eu gostaria de gastar algumas palavras. Tivemos aqui uma contribuição de um técnico e eu trago a contribuição de um não-técnico. Eu vou entrar no detalhe no próximo. Também do ponto de vista da regulação, não vale a pena a gente olhar para uma regulação tipo incentivo tarifário, regulação por minuta, como foi feito no fator Q, para que fique claro e de fato induza a Sabesp a olhar a redução de perdas como potencial de ganho mesmo. Hoje em dia é um custo para ela. Se a gente tratar a redução de perdas num mecanismo tipo incentivo tarifário, regulação por minuta, não é uma melhor metodologia para induzir uma atuação da empresa em conformidade com o que a sociedade espera? Acho que também, ainda em relação à etapa de

metodologia, a sugestão que o IDS trouxe é que o fator X fosse reconsiderado. Quer dizer, temos um universo ainda distante de universalização, por que é que a gente pune, tira dinheiro do sistema? Por que a gente não deixa esse dinheiro no sistema? Cria um mecanismo de obrigar a Sabesp a reinvestir 100% desse valor? Mas é um ganho de produtividade que vai ficar no sistema, ele não sai. Então, eu acho que aí o fator X é um bom exemplo do falso dilema entre modicidade tarifária e sustentabilidade econômica financeira. Nesse slide, por fim, é a questão da matriz de risco, que foi elogiada aqui pelo Sylvio. Do ponto de vista metodológico, eu acho que também falta uma atenção especial, foram listados 42 riscos, em que o risco é dividido entre a concessionária e o poder concedente, mas para apenas dois se definiu o que vai fazer; então ainda não está claro o que vai ser feito para os demais 39. Em relação a redução de perdas, quem lê e acompanha o processo, tampouco fica claro o que são, de fato, as perdas regulatórias. Para o primeiro ciclo, havia um horizonte de metas, por óbvio, esse horizonte não foi atingido. Não vou entrar aqui no mérito técnico porque eu não sou técnico, mas o fato é que não foi atingido. A regulação não tem nada a dizer? Não foi atendido e tudo bem? Qual é a contrapartida? Não está claro para nós. Por isso que eu volto e fiz a menção ao mecanismo de incentivo tarifário, regulação por minuta e fica claro, se atingir o determinado patamar a empresa tem ganhos econômicos, senão ela tem perdas; do nosso ponto de vista fica mais claro. E fechar esse primeiro ciclo tarifário, acho que a sociedade demanda saber qual é a resposta do regulador. A meta não foi atingida, qual é a resposta que o regulador está dando para esse fato? E aí um comentário, apesar do slide ser extenso, só para deixar registrado, um comentário específico ao mecanismo de gatilho de revisão tarifária conforma a variação do consumo,

que saiu na mídia e tudo mais. A Arsesp se posicionou na nota técnica aqui que nós estamos conversando a respeito de. Eu acho que houve, de fato, um erro de redação, aqui eu fiz a transcrição do que estava escrito, tanto na nota técnica preliminar, anterior, e quanto como ficou na final. A nota técnica da atual etapa diz que não se tratava de uma proposta de reajuste automático de tarifas, entretanto o que ficou acordado na nota técnica anterior é que se refere a possibilidade de aplicação de revisão tarifária extraordinária de forma automática e quando houver o aumento do consumo. Então, acho que houve, de fato, um equívoco de redação e acho que isso foi, em partes, o motivo do debate que rolou na sociedade, na mídia, e também porque não ficou claro quais eram os limites. De novo, eu acho que a Arsae, nessa oficina lá no UFABC, nos deu um bom exemplo de como deixar mais claro, eles tinham os limites de 3% e 7%, eu acho que valeria a pena também consultá-los. E aí, também, chegando ao fim da minha contribuição, uma dúvida que eu tenho, o descompasso entre o que os contratos dizem, o que a regulação diz e a proposta de tarifa média máxima atual. A Sabesp deixa muito claro no plano de negócios dela que a tarifa que está sendo proposta e a regulação que está sendo feita, não vai lhe possibilitar cumprir as metas. Inclusive, aí tem um passo anterior, que é a qualidade dos planos de saneamento, mas são peças de ficção do ponto de vista do que a empresa diz e coloca no seu plano de negócios. O descompasso entre um e outro dá mais de 3 bilhões, como é que a regulação está olhando para isso? Qual é o posicionamento? Os municípios que tem que rever os seus planos? Como é que vamos ficar? Isso precisa estar mais claro. E aí, para fechar de fato, eu acho que o IDS vem batendo nessa tecla, os debates sobre estrutura tarifária são centrais para a gente corrigir as distorções atuais da tarifa. Estamos botando bastante energia e

esperando que esses debates que a Arsesp vai organizar sobre esses assuntos, a princípio, acho que eles vão ter um bom espaço para a contribuição e para a gente avançar numa etapa fundamental do nosso processo civilizatório enquanto sociedade. Muito obrigado.

F1: Chamamos agora o Luiz Borges, que é estudante da Unicamp. Não? Desistiu? Então, Sebastián Butto, o último, diretor da Siglasul.

Sebastián Butto: Bom, boa tarde a todos e todas. Obrigado novamente pela oportunidade de participar de mais uma audiência pública no avanço da regulação em saneamento no estado de São Paulo. E o tema que a gente traz para a contribuição se refere ao fator X. O fator X nada mais é que os ganhos de produtividade esperados para o próximo ciclo, vão ser compartilhados entre a concessionária e os consumidores. Esse ganho de produtividade, ele vem de duas causas, ou duas fontes. Uma é a redução das ineficiências da empresa. Caso o prestador de serviço esteja afastado da eficiência, ou seja, ele seja ineficiente, se espera que ao longo do ciclo ele vá reduzindo gradativamente essa ineficiência e essa redução de ineficiência seria repassada ao consumidor. Essa é uma da fonte do ganho de produtividade e a outra tem a ver com a mudança tecnológica, que é o deslocamento da fronteira ao longo do tempo pelo avanço tecnológico. E a Arsesp calcula o fator X considerando essas duas componentes. Então, em relação à redução de eficiência, isso se chama o efeito catch-up, aproximação à fronteira, e vai medir o quanto a empresa se aproxima da fronteira de eficiência caso ela seja ineficiente. Para calcular esse efeito catch-up, a proposta apresentada pela agência faz ser um modelo de benchmarking, de monitoria de dados através de uma metodologia DEA, que determina o quanto eu tenho que reduzir os insumos para atender a uma determinada demanda, uma quantidade de produto. Como os

produtos são dados no setor de saneamento, porque você tem que atender as ligações de água e de esgoto, tem que fazer o tratamento de esgoto coletado, abastecer água; o que você tem para gerenciar são os insumos. E no caso, na metodologia proposta, os insumos são nos custos operacionais e o nível de perdas expressos em litros por ligação por dia. Do lado dos produtos, são basicamente os produtos típicos de saneamento, que são: a economia de água e de esgoto, as ligações e os volumes. E o que se fez? Se estimou uma fronteira de eficiência considerando a média de custos de insumos e produtos dos anos 2013, 2014 e 2016, e se verificou que estão (destacados) [02:12:15] cada um dos 26 prestadores regionais dessa fronteira. Então, aqui é importante que estamos falando de uma fronteira que tem dois insumos e a gente entende que se for calculada uma ineficiência, a Sabesp se daria um prazo de uma revisão tarifária, entre uma revisão e outra, para reduzir 75% dessa ineficiência. Quais são as considerações que a gente traz em relação a esse cálculo? A primeira é: a gente não conseguiu reproduzir exatamente o número que está estabelecido na nota técnica utilizando a base de dados disponibilizada e o próprio código de programação que está na própria nota técnica. As diferenças não foram significativas, mas a gente não conseguiu reproduzir o valor exatamente. Mas a nossa principal observação é que: como se calcula uma fronteira média, de três anos, os custos operacionais que foram utilizados são os dados do SNIS, e os dados do SNIS, que são autodeclarados, eles estão em moeda corrente de cada ano, então a gente entende que não se pode simplesmente calcular a média desses três custos sem antes fazer uma homologação da moeda para uma data base. Isso faria com que os custos de 2013 e 2014, por eles estarem defasados monetariamente, eles viessem a ser eficientes. Então, essa é a primeira recomendação que a

gente faz, de homogeneizar os custos operacionais. Esse modelo DEA que foi aplicado, assim como se aplica na forma tradicional, apontaria que a Sabesp, fazendo a correção dos custos, seria eficiente 100%. Só que esse modelo DEA, na proposta que está na nota técnica, passou por um ajuste do viés, uma metodologia do bootstrap, que eu não vou entrar aqui no detalhe, porque tem uma matemática um pouco mais complexa, que ela pode ser sujeita a algumas críticas, mas que ela reduziu a eficiência da Sabesp em 8 pontos percentuais, e nesse ajuste da eficiência, foi a empresa que mais impacto teve nas 26 amostras. A eficiência média das 26 empresas não mexeu, mas a Sabesp, em particular, caiu 8 pontos por esse ajuste. Mas o ponto importante é que, pressuponhamos que consideremos esse resultado da agência, onde a Sabesp seria ineficiente em 8%, ela é para os dois insumos que se consideram porque o método DEA, o que diz é quanto eu tenho que reduzir os insumos que eu tenho. E o resultado que está trazendo é que deveria ser 8%, ou seja, aquela ineficiência que seria apontada por esse modelo, tanto para custos quanto para perdas, seria no máximo de 8% ao longo do ciclo tarifário. Então, como a agência propõe que seja reduzida a ineficiência em 75% no período tarifário, estaríamos falando de uma redução de ineficiência de 6%, que daria uma redução de 1,5% ao ano. Bom, são dois produtos: custos e perdas. Custos, o modelo diz que tem que ser reduzido no máximo 6% no ciclo tarifário. Dado que já houve uma glosa no ponto de partida de 6%, a agência entende, e nós também compartilhamos desse entendimento, não precisaria de uma glosa adicional, porque todo o ganho de eficiência já está sendo exigido no primeiro ano e, portanto, não teria ganho de eficiência adicional no ciclo. No entanto nas perdas, o resultado desse benchmarking, que está feito no fator X, ele traz resultados contraditórios quando ele foi feito para o cálculo

da perda, onde no cálculo da perda se aponta que a redução em ineficiência da Sabesp seria 19%. Então, aqui o que a gente está mais apontando é essa incompatibilidade dos resultados entre ambos os benchmarks, e aqui lembrando que se utilizaram a relação custos e perdas, que lhe traz o trade-off de que o ponto eficiente eu tenho que levar em consideração os recursos e o patamar de perdas. Então, aqui simplesmente fazendo um exercício: se nós partíssemos da perda atual e descontássemos os 6% do modelo DEA, chegaríamos a uma meta de perdas para 2020 de 282 litros por ligação por dia. Ele seria compatível com o valor que está implícito nas metas dos contratos da Sabesp, para aqueles contratos que são regulados mais a manutenção no nível atual dos contratos não regulados e que ele seria significativamente maior do que aquilo que está proposto. A gente entende que os modelos de benchmark de perda, como falou o Júlio que me antecedeu, ele precisa ser aprimorado para incorporar algumas variáveis que são determinantes das perdas, como o nível de relevo, antiguidade da rede, quão distante está a fonte de captação dos centros de consumo; então, eles precisam ser aprimorados e os resultados precisam ser convergentes entre aqueles que se utilizam para o fator X e aqueles que são utilizados para a determinação da trajetória de perdas. Agora passando para outro componente que é a mudança tecnológica. A mudança tecnológica nada mais que estima o quanto se desloca a fronteira de eficiência entre um ano e outro. E para isso, se utiliza o Índice de Malmquist, que também não vou entrar na matemática do índice, mas, basicamente, esse Índice Malmquist ele tem a vantagem de isolar os dois efeitos quanto ao ganho de eficiência, aquilo que falamos antes, e quanto ao deslocamento da fronteira. O que a gente entende que está na nota técnica, se calcularam duas fronteiras, uma para o ano de 2013 e outra para o ano

de 2016, e se verificou que estão afastadas uma fronteira da outra. Então, as observações que temos são: novamente a fronteira de 2013 está em moeda de 2013, a fronteira de 2016 em moeda de 2016 consequentemente não daria para comparar, você precisaria fazer esse ajuste de data base na moeda. Por outro lado, do que nós entendemos na reprodução dos números, o que foi calculado como mudança de eficiência, na realidade foi utilizada a mudança de eficiência e não a mudança tecnológica. Deveria ter sido utilizado este componente e nós entendemos, pela memória de cálculo, que foi utilizado da mudança da eficiência e não da mudança da fronteira. E outra questão que a gente alerta, é que se há uma fronteira entre 2013 e 2016, há um gap temporal de três anos. Então, o ganho de eficiência pelo deslocamento da fronteira tem que ser analisado em três anos, ele não pode ser considerado como sendo um único ano, que é o que está na nota técnica. Então, refazendo as contas, botando os custos operacionais em moeda de um mesmo ano, considerando o efeito de deslocamento da fronteira ao invés do efeito catch-up, e anualizando (pelo efeito) [02:19:56] dos três anos com os dados que estão na nota técnica se chega na verdade não houve uma evolução, senão uma involução da fronteira. Houve um retrocesso da fronteira entre 2016 e 2013, utilizando os dados do SNIS, que precisam passar por alguma depuração. O que a gente está alertando é que esse valor que está estabelecido na nota técnica, ele, na realidade, não retrata o deslocamento da fronteira com os dados que estão lá, disponibilizados pelo SNIS, que ele precisa ser aperfeiçoado e que precisa ser repensado um pouco a forma do cálculo desse deslocamento da fronteira. Essas foram um pouco as nossas considerações: a necessidade de homogeneizar os custos para uma mesma data base da moeda; a necessidade de utilizar o componente mudança tecnológica para

mensurar efetivamente o deslocamento da fronteira; considerar a compatibilidade dos resultados do benchmark de perdas, como se está definindo para a trajetória de perdas; e repensar o cálculo da mudança tecnológica porque ele está numa involução da fronteira e não uma evolução. É isso. Muito obrigado.

F1: Os diretores podem recompor a mesa, por favor. As apresentações e as manifestações estão encerradas. Lembramos que todas as contribuições, bem como o cronograma contendo as próximas etapas da segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp, estão disponíveis em nosso site: [www.arsesp.sp.gov.br](http://www.arsesp.sp.gov.br). Informamos que os senhores receberão por e-mail um questionário para opinarem sobre o processo de participação, especialmente sobre esta audiência e sobre a consulta pública que encerra dia 17/04. Com esse instrumento, esperamos coletar contribuições para aprimorarmos a participação social no âmbito das atividades da Arsesp, por isso solicito que aqueles que não preencheram a lista de presença, por gentileza o façam na saída. Passamos agora a palavra agora ao senhor Hélio Luiz Castro, presidente desta audiência, para seu encerramento.

Hélio Luiz Castro: Bom, eu queria inicialmente fazer dois agradecimentos: a todos os participantes pelas apresentações e pelas contribuições e o segundo agradecimento é que todos respeitaram o prazo, que é muito difícil que é muito difícil da gente conseguir, então parabéns pelas duas contribuições. Eu vou abrir a palavra para o José Bonifácio fazer as suas considerações, depois para os outros diretores e no final eu faço as considerações finais.

José Bonifácio: Quero agradecer a todos, acho que o objetivo da consulta e da audiência pública é exatamente receber e ouvir as opiniões e eu acredito que o que você falou aqui da participação, acho que isso é importante;

minha convicção pessoal permanente de que é importante a participação e ouvir a sociedade. Para a agência que ocupa o papel, digamos, de mediação entre o interesse do usuário e as obrigações da concessionária, os seus direitos e interesses, isso é importante, acho que é permanente essa contribuição e essa discussão. Queria fazer apenas dois rápidos comentários. Um com relação ao enorme debate que se gerou com relação ao que se falou que era um reajuste automático de tarifas, chegou a se afirmar que o consumidor que reduzisse o consumo teria aumento de tarifa. Isso é absolutamente sem sentido e jamais a agência falou isso. Eu falei hoje que existe o reajuste tarifário anual, então o reajuste de tarifas é feito anualmente, com base no IPCA menos o fator X, esse é o reajuste anual. Fora isso, existe a revisão tarifária periódica ordinária, que é feita a cada quatro anos, quando se reestabelece os níveis de tarifas. E a lei que prevê, a lei do setor elétrico 2.445 de 2007, prevê no artigo 38, uma revisão tarifária extraordinária, sempre que houver fatos anormais, coisas que justifiquem mudanças. Foi em cima disso, que os técnicos da Arsesp trabalharam no sentido de falar: “qual é o momento que se faz uma revisão tarifária extraordinária?”. Ali fala que quando houver alguma coisa relevante, eles tentaram criar um parâmetro, uma referência. Eu acho que, infelizmente, se usou o nome “gatilho automático”, isso, ao meu ver, evoca duas más lembranças: gatilho é uma coisa violenta, nós vivemos num país que está em guerra civil, então se falar em gatilho é uma palavra até desagradável; e a segunda coisa, a memória inflacionária, quando se falava gatilho sempre era aumento automático de preços. E o que a agência quis, o que os técnicos tinham colocado, era de se colocar um limite, um parâmetro, até porque nós estamos saindo de uma crise hídrica, é provável que o consumo por consumidor aumente, o que significa dizer que vai haver

um consumo maior, e se esse consumo aumentar, isso pode trazer um ganho por recuperação dos níveis de consumo mais elevados do que antes. Isso significaria uma queda de tarifas; acionar uma revisão tarifária em favor do consumidor. Então, que houve, sim, quando você tem uma queda do consumo, como aconteceu em 2015 muito pronunciada, se você não fizer uma revisão tarifária extraordinária, que está prevista na lei desde a lei 8.987, que é lá dos anos 90, até a lei 11.445, a lei de saneamento, nós temos que fazer sob pena de você quebrar a concessionária, então nós fomos obrigados a fazer uma revisão tarifária extraordinária. Então, a revisão tarifária extraordinária só acontece em momentos excepcionais. O que aconteceu foi que se gerou um debate que não tinha nada a ver com o que estava em discussão e ninguém jamais imaginou. A agência preza pelo consumo racional, pela sustentabilidade, por todos esses valores, então ninguém falou em fazer um reajuste, que era um absurdo. Agora, infelizmente, as reações foram tão indignadas, porque quando você dá a notícia errada, ou interpreta de uma maneira errada, a sociedade brasileira, diria que entra a beira quase de um conflito porque foi uma reação tão violenta. Isso daqui, a revisão tarifária ordinária, é uma outra questão, essa questão do chamado gatilho, ou parâmetro para nos indicar, “talvez seja a hora de fazer uma revisão das tarifas para cortar, eventualmente, alguma receita excepcional por causa da subida dos níveis de consumo por consumidor”. Quando se falou isso, se falou: “vamos tirar isso daqui, isso não afeta a revisão ordinária e vamos discutir isso de maneira transparente, numa consulta pública, audiência pública específica”. Então, foi esse o papel da agência. Tiramos, discutimos com calma, não há problema nenhum, e a agência está disposta a discutir. O outro é apenas um comentário muito grande, então, só para concluir, queria agradecer e

explicar essa grande discussão que aconteceu, a agência foi citada em vários meios de comunicação, em artigos, até na televisão de uma maneira, ao nosso ver, indevida. Mas enfim, os ânimos estavam mal informados, digamos assim, e a reação foi desproporcional. Reitero que a agência preza pelo consumidor que faz uso racional, pela sustentabilidade e por tudo mais, e que o consumidor que reduz o seu consumo tem conta menor, não existe, em hipótese alguma, e nunca está escrito, não se encontrará isso, que vai haver reajuste automático de tarifas, chegaram a dizer que era individual. Se eu reduzir o meu consumo, minha conta sobe, o que é uma coisa que não está em absolutamente em nenhum lugar. Repito que era uma revisão extraordinária, se houver uma variação, é um parâmetro. Então, acho que isso será melhor discutido. Finalmente, só um comentário, a ideia de que as perdas não se traduzem em coisas tarifárias, isso não é verdade. Quando você fala que você tem perdas de 30%, você tem que produzir 100 para sobrar 70. Se a agência considerar que a perda não é de 30, mas é de 25, ela está dizendo o seguinte: “não, você não precisa produzir 100, você pode produzir menos de 100”. E se de fato a empresa tem perdas de 30 e não reduzir, ela vai gastar e isso não está aparecendo no custo dela, portanto há um incentivo econômico a ela ser mais eficiente. Eu estou dizendo: “olha, você tem que trabalhar com este nível de perdas e não com aquele que você falou”. Portanto, a agência está sofrendo (inint) [02:29:16] da perda econômica, então pode não aparecer diretamente na tarifa, quando alguém olha e não percebe que na tarifa se tem um nível de produção e esse nível de produção é usado para determinar os custos operacionais, e usando um volume de perdas menor, a agência determina um nível de produção menor, portanto custos menores. No mais, eu quero agradecer, eu acho que, como eu falei, aqui é um mecanismo importante

de discussão, de receber contribuições, é democrático, que eu acho que é uma coisa que a sociedade brasileira precisa muito e cada vez mais. Então, eu quero agradecer a todos e agradecer a equipe lá da Arsesp, o pessoal que trabalhou intensamente em tudo isso e certamente nossas interações com a sociedade, com outras instituições devem permanecer, eu tenho certeza disso. Muito obrigado e boa tarde.

Hélio Luiz Castro: Tanto a Paula quanto o Marcos se abstiveram de fazer contribuições. Eu só queria fazer um encerramento, deixando claro que às vezes, olhando alguns comentários, não aparece tão claro assim, que a regulação se resume a revisão tarifária da concessionária. A revisão tarifária é um dos instrumentos e a gente reconhece que é um instrumento bastante importante porque é ela que mexe no bolso dos usuários, dos contribuintes, então isso é significativo. Mas nós temos diversos outros instrumentos, então essa assimetria de informações que existe entre regulado e regulador, uma das formas da gente combater isso é justamente por meio de fiscalizações e auditorias que a gente faz frequentemente. Então, nós temos os nossos processos de fiscalização periódica, de fiscalização específica, quando se identifica alguma coisa que não estava previsto no nosso processo normal de fiscalização, a gente vai lá e faz essa fiscalização. E a gente fiscaliza exatamente o quê? A gente fiscaliza se a empresa está respeitando aquilo que ela se propôs a fazer quando assinou o contrato de concessão, ou o contrato de programa, com o poder concedente, com o município. Então, esse é um outro instrumento forte. Quando a gente fala de perdas, por exemplo, um instrumento significativo é esse, o Boni acabou de falar aqui em não respeitando aqueles índices regulatórios de perdas impostos pela agência reguladora, ela, sim, passa a receber menos recursos ou vai ter mais gastos que não serão reconhecidos na tarifa, então isso é

uma forma de incentivo para que ela seja mais eficiente. Mas a outra, é a gente verificar se a empresa está respeitando aquilo que foi determinado no contrato em relação as perdas para aquele determinado município. Em não acontecendo isso, aí instaura-se um processo sancionatório que pode, inclusive, gerar uma multa e a empresa também paga pela multa quando não atinge esse determinado percentual que estava estipulado em contrato. A ressalva que tem que se fazer aqui, e o Guilherme Tcheco falou, e eu gostaria de comentar, é em relação aos planos municipais de saneamento básico. Os planos municipais são responsabilidade das prefeituras porque é responsabilidade da prefeitura o planejamento do setor no seu município, então elas têm que fazer esses planos municipais. O que a gente tem observado é que diversos municípios não têm os recursos humanos, ou mesmo financeiro, suficientes para fazer planos adequados e dos 288 municípios que a Arsesp regula no saneamento, aproximadamente 240 estão com os planos já com o seu prazo vencido. Ele tem o prazo de quatro anos e esses planos tem que ser revistos a cada quatro anos. O que a Arsesp tem feito? Porque aí, realmente, acontece um problema, a gente tem que verificar o plano municipal, o contrato, ver se essas coisas estão compatíveis e a nossa fiscalização em cima disso. Como isso não está acontecendo, então o que a Arsesp está propondo, e ela já teve um importante avanço, é ela ajudar os municípios que não tem os recursos, provendo recurso para que o município faça o plano. Então, isso está sendo feito por um convênio com a secretaria de saneamento e recursos hídricos, que acabou de fazer uma contratação para os municípios que não tinham nenhum plano de saneamento, então em breve todos os municípios do estado de São Paulo terão planos municipais de saneamento, e aqueles que são regulados pela Arsesp e que já tem o seu período

necessário para fazer a revisão, a Arsesp está bancando isso com recursos da Arsesp, que na verdade é recurso da própria tarifa de saneamento, para que esses planos sejam refeitos por meio de um contrato que a secretaria de saneamento vai fazer para esses municípios que ainda precisam fazer a revisão dos planos. E aí, sim, se faz uma compatibilização do contrato com esses novos planos ou esses planos revisados para esses municípios. Então, deixando claro, a revisão tarifária é um dos instrumentos regulatórios, nós temos outros instrumentos, e que a gente faz uso deles o tempo todo, para diversos parâmetros; falei bastante de perdas, mas para diversos outros parâmetros, qualidade do serviço prestado e assim vai. Então, a agência não se resume a trabalhar a cada quatro anos para a revisão tarifária, a gente trabalha todos os dias fazendo esse papel de fiscalização em prol da sociedade, do usuário que paga por esse serviço e ele tem que ser bem prestado. E como foi dito aqui, num mercado monopolista a gente realmente precisa do órgão regulador para que isso seja feito de forma adequada. Gostaria, finalmente, de agradecer a participação de todos, agradecer a equipe da Arsesp, que trabalho arduamente, tem trabalhado, e ainda tem um trabalho grande que justamente receber essas contribuições, fazer a análise daquilo que é pertinente, responder aquilo que vai ser considerado, aquilo que não vai ser considerado, porque esse é um processo que a gente faz questão que seja bastante transparente, também porque não foram aceitas determinadas contribuições. O fato de não serem aceitas agora não quer dizer que não sejam boas, quer dizer que talvez vão contra uma metodologia já determinada, mas nada impede que isso seja um avanço para a próxima revisão, seja do saneamento, seja do (gás) [02:36:18], porque essas coisas, a gente acaba utilizando para diversos setores. Então, agradecer muito a contribuição de todos vocês, agradecer

novamente a cessão aqui desse espaço e declaro encerrada essa audiência pública. Muito obrigado.

[02:36:39]



# audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

[falecom@audiotext.com.br](mailto:falecom@audiotext.com.br)

[audiotext.com.br](http://audiotext.com.br)